



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

Susana Miguel Querido

A LIBERDADE COMO OPÇÃO PELO BEM.

Uma reflexão no âmbito da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica da Unidade Letiva 3: A liberdade, do 8º ano de escolaridade do 3º ciclo do Ensino Básico

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada sob a orientação de:

Professor Doutor Jerónimo Trigo

Mestre Juan Francisco Ambrosio

Lisboa

2016

“a consciência é o centro mais secreto e o santuário do Homem no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser”

Gaudiun et Spes,17

AGRADECIMENTOS

Chagando a este momento tão esperado, pelo qual dediquei estes últimos cinco anos da minha vida, não poderia deixar de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para o meu sucesso.

Agradecer em primeiro lugar à minha família e amigos que sempre me apoiaram, e tantas vezes tive de abdicar destes em prol do curso. Em especial à minha sobrinha Andreia Querido e ao meu primo Filipe de Moura pelo grande apoio.

Aos meus coordenadores, Dr. Juan Ambrosio e Doutor Jerónimo Trigo, pelo grande acompanhamento, disponibilidade e amizade ao longo do trabalho.

A todos os professores da Faculdade de Teologia que contribuíram para o meu sucesso académico e evolução pessoal.

Ao professor Cooperante António José de Oliveira pela sua amizade, dedicação e orientação.

À turma de estágio 8º A e B, que foi fundamental para a minha evolução pessoal e profissional.

À direção da escola E.B 2, 3 Damião de Góis que me recebeu calorosamente, dispondo de todas as ajudas e a toda a comunidade educativa pelo carinho e disponibilidade.

A toda a turma de mestrado, em especial à minha colega de estágio, Rosalina Rodrigues pela amizade, interajuda e belo caminho que trilhamos juntas.

A todas as entidades patronais por onde passei que ao longo destes anos demonstraram compreensão para a realização do curso.

Por fim, à força inspiradora de Deus para dar continuidade a mais uma das suas obras.

Estamos juntos!

SIGLAS

Cf.- Conferir

CVII – Concílio Vaticano II

DH- Dignitais Humanae

EMRC- Educação Moral e Religiosa Católica

Gl. Carta aos Gálatas

GS- Gaudium et Spes

Ibidem- Na mesma obra, no mesmo lugar

PES- Prática de Ensino Supervisionada

SNEC- Secretariado Nacional da Educação Cristã

UL- Unidade Letiva

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I: PRÁTICA LETIVA.....	11
1- Enquadramento da Prática.....	11
2- Caracterização da Escola Básica 2-3Damião de Góis	13
2.1- Caraterização da Escola	14
2.2- Contexto Social.....	17
3- Caracterização da turma	18
4- Unidade Letiva de Referência: UL3 A Liberdade.....	22
5- Globalização do Itinerário letivo da Unidade 3: A Liberdade	29
CAPÍTULO II: LIBERDADE HUMANA, DIMENSÕES FILOSÓFICAS, TEOLÓGICAS E CÍVICAS.....	33
1- Enquadramento do estudo.....	33
2- Liberdade na perspetiva Paulina	35
3- Perspetiva de Kant sobre a liberdade	38
4- Concílio Vaticano II: Constituição “Gaudium Spes”.....	41
5- Discernimento moral	44
6- Autonomia e dignidade humana	46
7- Liberdade cívica e liberdade religiosa	50
CAPÍTULO III: ANÁLISE DO IMPACTO DA UNIDADE LETIVA E PROPOSTA DE ACTIVIDADE.....	57
1- Objetivos da ficha de diagnóstico.....	57
2- Apresentação dos resultados e reflexão sobre os mesmos.....	58

3- Conclusão dos resultados da ficha de diagnóstico	63
4- Proposta de atividade	65
4.1- Identificação da atividade	65
4.2- Apresentação da Comunidade Vida e Paz.....	67
4.3- Justificação/Objetivação da visita de estudo ao Centro Quinta da Tomada.	69
4.4- Acesso pedagógico ao objeto de estudo	71
4.4.1- Objetivo da visita	72
4.4.2- Metodologias.....	73
4.4.3- Cronograma das ações.....	73
4.4.4- Avaliação da visita	74
CONCLUSÃO.....	75
ANEXOS	79
1- Proposta de visita de estudo em departamento	80
2- Ofício	81
3- Documento para as autorizações	82
4- Informação ao aluno	83
5- Folheto informativo	84
BIBLIOGRAFIA	85

ANEXO Digital

O CD em anexo a este relatório contém: Portefólio e relatório final da Prática de Ensino Supervisionada

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação surge no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, na especialização de Educação Moral e Religiosa Católica, que tenho vindo a frequentar na Faculdade de Teologia da Universidade Católica de Lisboa. Tendo a Prática do Ensino Supervisionada decorrido numa turma do 8º ano, composto pelas turmas A e B, da escola E,B 2. 3 Damião de Góis, pertencente ao Agrupamento de Escolas da D. Dinis.

Durante o primeiro contato com a turma e avaliando os seus interesses percebi que as unidades temáticas do programa de Educação Moral e Religiosa Católica iam ao seu encontro. Após uma breve ficha diagnóstica e ficha de apresentação do aluno¹ consegui identificar que existiam diversos problemas sociais. Embora tenha lecionado as quatro unidades previstas no 8º ano, escolhi como unidade de referência, a unidade letiva 3: “A Liberdade” como base da minha investigação. Durante a sua leção percebi que os alunos não dominavam este conceito de forma assertivo. Será fundamental para a sua formação integral compreenderem a liberdade como parte integrante da sua dignidade. Uma vez que o sentido da nossa vida está inteiramente ligado à liberdade como característica fundamental do ser humano, será bastante desafiante ajudar os alunos a descobri-la.

Durante o decorrer das aulas e do modo como fui conhecendo os alunos e as suas vivências do quotidiano, percebi que muitos apresentam objetivos de vida baixos. Perspetivam uma fraca consciência do papel da escola como contributo fundamental para seu futuro. Entendi que, para além do desinteresse pela escola, muitos dos alunos estão sujeitos à influência da vivência em bairro. Reforçando assim o interesse da investigação

¹ Cf. Portefólio da Prática de Ensino Supervisionado (PES). Anexo 2- Ficha diagnóstica, 81

sobre esta unidade, para que os alunos percebam que todo o Homem é livre e que toda a liberdade deve ser conduzida pelo caminho do bem.

O objetivo desta investigação recai sobre dois sentidos, a prática da lecionação da unidade e a exploração do sentido de liberdade como caminho do bem, visto que muitas vezes os alunos pensam que liberdade é o mesmo que libertinagem: fazer o que se quiser ².

Pretendo que os alunos consigam entender o verdadeiro sentido liberdade, assim como o que esta envolve ao viver-se em comunidade. Consigam discernir sobre o seu modo de vida, afim de lhe darem sentido. Acima de tudo, que canalizem a sua liberdade como procura do bem e saibam respeitar a liberdade dos outros.

Por outro lado pretendo mostrar o que pode estar em causa quando não se faz um bom uso da liberdade, quando se autodestrói a liberdade, levando à perda de dignidade humana.

A investigação encontra-se assim dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, irei fazer um enquadramento da prática sobre a minha motivação pessoal para a realização do mestrado. Seguidamente apresentarei uma breve caracterização da escola e do meio de modo a enquadrar o objeto de estudo. Por fim farei um pequeno resumo sobre as nove aulas em que lecionei a unidade, onde apresentarei a evolução dos alunos no seu processo de aprendizagem sobre os conteúdos propostos.

No segundo capítulo, verificando as dificuldades apresentadas pelos alunos ao longo do primeiro itinerário, irei apresentar um estudo mais profundo sobre o tema da liberdade. Numa ótica religiosa, apresentarei a perspetiva Paulina sobre a liberdade, partindo da Carta aos Gálatas (GL 5, 1.23). Num enquadramento filosófico irei aprofundar o assunto segundo Kant. Numa resposta mais atual na perspetiva religiosa irei seguir o documento *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II. Seguidamente abordarei a temática da

²Cf. Manual do aluno, *Quero Descobrir*, 8º Ano de Escolaridade, SNEC, Lisboa, 2015, 80.

autonomia como ponto fulcral da liberdade, juntamente com a dignidade humana. Pois estes três itens estão intimamente ligados, é a liberdade que fundamenta a dignidade humana e é a autonomia que fundamenta a liberdade. Por fim neste capítulo abordarei a liberdade religiosa e liberdade civil, como manifesto da prática da vivência da liberdade humana

Após ter aprofundado o tema em diversas perspectivas, percebi que o estudo da unidade não estava completo, seria bastante enriquecedor perceber como é que os alunos aplicam no seu quotidiano o uso da liberdade. No terceiro capítulo, inicialmente apresentarei o estudo da reinterpretação do conceito no quotidiano da turma. Farei uma aferição sobre os conhecimentos dos alunos no início do estudo da unidade e no fim do estudo desta, através de uma ficha de diagnóstico.

Para concluir a unidade e para que os alunos possam tomar consciência dos riscos da autodestruição da liberdade, e o quanto podem afetar a vida dos outros, proponho o itinerário de uma visita de estudo à Comunidade Vida e Paz. Os alunos irão contactar com pessoas que se entregaram às dependências, mas neste momento, encontram-se num processo de auto-construção da procura do caminho pelo bem na busca da sua dignidade.

Espero provocar o interesse na forma de como a disciplina de E.M.R.C. apresenta a temática da liberdade e de como contribui na formação integral dos alunos a partir de uma perspectiva Cristã.

“O contributo da E.M.R.C. para o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens, parte do reconhecimento da competência religiosa como fator insubstituível para o crescimento da humanidade e liberdade”³.

³ Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, 2014, 4.

Sendo que a disciplina oferece um precioso contributo para a formação da personalidade, independentemente da diversidade de crença ou opções religiosas que os alunos possam ter.

CAPÍTULO I:

PRÁTICA LETIVA

Neste capítulo irei apresentar uma reflexão sobre a lecionação da unidade letiva 3: a Liberdade. Apresentarei a caracterização da escola e da turma onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada. Seguidamente, apresentarei as estratégias de como lecionei a unidade, de modo a que os alunos pudessem compreender a liberdade como caminho do bem.

1- Enquadramento da Prática

Após ter concluído a minha primeira Licenciatura em Ensino Básico – 1º Ciclo, em 2007, iniciei a atividade profissional como professora da pré-primária num colégio privado. Durante esta experiência contatei com variadas crianças, as quais tinham diversas patologias de deficiência. Embora já tivesse interesse nesta área do Ensino Especial, o contato direto com as crianças despertou-me uma maior determinação em querer aprofundar os meus conhecimentos nesta área. Optei assim por tirar uma Pós Graduação em Ensino Especial.

Na reta final da Pós – Graduação contatei com diversos professores de E.M.R.C. que me falaram da metodologia da disciplina e da falta de professores para a área. Incentivaram-me a enviar currículo para o Patriarcado de Lisboa uma vez que existiam poucos professores na minha zona de residência, Caldas da Rainha, e que devido à minha experiência pessoal e características correspondia ao perfil.

Em 2009, após ter enviado o meu currículo fui convidada a lecionar no agrupamento de escolas do Maxial, Torres Vedras, ficando durante quatro anos. Seguidamente lecionei

um ano no agrupamento de escolas de Josefa de Óbidos. Atualmente, encontro-me há dois anos a lecionar no Colégio Senhor dos Milagres, em Leiria.

Quando iniciei o meu percurso profissional como docente de E.M.R.C. na escola do E.B 2,3 do Maxial eram poucos os alunos que frequentavam a disciplina, mas gradualmente os alunos começaram-se a inscrever, ficando a frequentar a disciplina quase a totalidade da escola. Durante os dois primeiros anos frequentei algumas ações de formação para me aprofundar e integrar acerca das finalidades da disciplina. O gosto pela disciplina e a forma como esta se tornava importante para o ambiente da escola e da fomentação do bom ambiente entre os alunos, levou-me a apaixonar pela leção desta.

Para além de me identificar com a área de ensino e de forma a aprofundar os meus conhecimentos teológicos e científicos, e de modo a possuir uma bagagem cultural acerca dos temas, realizei uma licenciatura em Ciências Religiosas correspondentes a 120 (cento e vinte) créditos, concluindo-a em 2013/2014.

Devido à reestruturação da disciplina de E.M.R.C decidi prosseguir o percurso académico com o Mestrado em Ciências Religiosas via ensino.

No âmbito deste mestrado desenvolvi a Prática de Ensino Supervisionada na escola EB 2,3 de Damião de Góis, pertencente ao agrupamento de Escolas D. Dinis, ficando a lecionar numa turma do 8º ano composta por 20 alunos pertencentes às turmas A e B. À medida que fui conhecendo a turma fui percebendo que os seus objetivos de vida eram pouco determinados. Percebi que estes encaram a vida só como uma conquista, não reconhecendo a sua existência como um Dom. Na abordagem à unidade letiva 3 sobre a liberdade, constatei que estes não interpretavam de forma adequada o conceito, como também o desconheciam, de maneira que ignoravam a questão da dignidade humana que lhe está subjacente. Percebi que seria bastante benéfico para os alunos compreenderem o

conceito e liberdade, de modo a conseguirem criar uma chave de leitura para o projeto das suas vidas.

2- Caracterização da Escola Básica 2-3Damião de Góis

Assente no estudo de Arends⁴ em que refere que o “ensino é uma arte”, onde os professores devem conhecer e dominar as técnicas de melhorar as aprendizagens dos alunos, mas por outro lado devem conhecer as realidades dos seus alunos e adotarem as estratégias motivadoras a estes. Compreendi que é importante o conhecimento das características dos alunos, os seus valores e expectativas das comunidades onde se inserem de forma a conseguir com que os alunos atingissem as competências pretendidas. Sendo que não existem fórmulas ou receitas para ensinar, é importante que o professor conheça a realidade do mundo envolvente da criança de forma a perspectivar os objetivos do ensino. Onde o principal foco é ajudar os alunos a tornarem-se independentes e auto-regulados. Da mesma forma que é fundamental ter um conhecimento do meio onde a escola está inserida, de forma a entender o papel da escola para aquela comunidade. Registou-se que a tendência das escolas ao alargamento das oportunidades educativas ampliou-se a um número cada vez maior dos alunos, passando a ser frequentada por diversos alunos com características distintas. A sociedade também exige que as minorias e os alunos com incapacidades tenham sucesso na escola.

⁴Cf. R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, McGraw-Hill, Lisboa, 2008, 4.

A existência de jovens cujas origens culturais não são semelhantes e com diferentes necessidades especiais exigirá que o professor possua um repertório de estratégias e métodos diversificados.

As escolas pertencem a todas as crianças e todas devem ver o seu potencial de aprendizagem maximizado. A diversidade dentro da sala de aula passou a ser uma realidade na qual se torna cada vez mais imperativo ir ao encontro de cada aluno.

2.1- Caracterização da Escola

A escola Básica Damião de Góis (2,3) de Lisboa está situada no Bairro dos Lóios, na rua Cassiano, pertencente à freguesia de Marvila, Concelho de Lisboa. Passou a pertencer ao Agrupamento de Escolas D. Dinis (AEDD) em 26 de Abril de 2013. A escola sede é o antigo Liceu Nacional D. Dinis de Marvila, que iniciou em 1972, com a capacidade de integrar 900 alunos. Desde 1973 que iniciou o Curso Noturno, mantendo-se até aos dias de hoje. O agrupamento sofreu uma reestruturação em 2002 sob o projeto de intervenção de modernização realizada pelo Parque Escolar⁵.

A escola sede tem como oferta formativa o 3.º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário, nas suas vertentes de prosseguimento de estudos (cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades) e de ensino profissional (cursos profissionais de Técnico de Apoio à Infância, Técnico de Gestão e Programação de Sistemas de Informação, Técnico de Multimédia, Técnico de Gestão de Apoio às Instalações Desportivas e Técnico Auxiliar de Saúde (este em fase de extinção, com turma apenas no 12.º ano). A oferta formativa inclui

⁵Cf. <http://aeddinislisboa.wix.com/aeddinis#!agrupamento/ckiy>, consultado em 26 de maio de 2016.

ainda cursos em regime noturno, com Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), na vertente escolar (básico e secundário). Funciona ainda o terceiro ano de um curso de dupla certificação na área de Eletrónica, Automação e Computadores.

O Agrupamento de Escolas D. Dinis é composto por oito escolas: A escola sede Escola Secundária D. Dinis, Escola Básica Damião de Góis, Escola Básica de Marvila, Escola Básica Professor Agostinho da Silva, Escola Básica de Lóios, Escola Básica Dr. João dos Santos, Escola Básica Luíza Neto Jorge e Escola Básica nº 195.



Ilustração 1: Escola Damião de Góis

A Escola Básica Damião de Góis de Lisboa iniciou a sua atividade em 1983/84, adotou como seu patrono Damião de Góis, figura impar do renascimento português, foi humanista, historiador e epistológrafo, viajante, diplomata e alto funcionário régio, relevante personalidade do renascimento em Portugal. Foi um dos espíritos mais críticos da sua época, verdadeiro traço de união entre Portugal e a Europa culta do séc. XVI⁶.

Tem a oferta educativa das turmas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, um curso vocacional de 2.º ciclo de Desporto e Espaços Verdes, com as áreas de Jardinagem, Produção Agrícola e Desporto, e um curso vocacional de 3.º ciclo de Espaços Verdes, com as áreas de Jardinagem, Produção Agrícola e Manutenção de Campos de Golfe.

⁶ Cf. *Ibidem*.

A escola apresenta uma arquitetura tradicional, sendo constituída por cinco pavilhões, existindo coberturas entre si.

No pavilhão A, composto por dois pisos, situam-se a sala de professores, sala de Diretores de Turma, sala de receção a Encarregados de Educação, sala de Assistentes Operacionais, Biblioteca, sala TIC, Direção, arquivo e reprografia.

Os pavilhões B (ilustração 3) e C, ambos de dois pisos, cada um é constituído por doze salas de aula. Aqui estão incluídos o laboratório de física e química, biologia, sala de educação visual e sala de educação tecnológica e sala de música. Todas as salas têm computador, mas nem todas têm projetor e tela. O mobiliário das salas é tradicional e aparenta algum desgaste pelos anos de uso.

No pavilhão D estão situados o refeitório, a sala de alunos, papelaria e sala do GAAF (Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família).

Conta ainda com um pavilhão gimnodesportivo e um campo exterior de jogos. O espaço exterior da escola (ilustração 4) apresenta um cuidado pela Natureza, onde existe bastantes espaços verdes.



Ilustração 2: Pavilhão B



Ilustração 3: Campo exterior

2.2- Contexto Social

O Bairro onde se insere a escola foi projetado e construído para uma população prioritária ligada às Forças Armadas e Policiais e do Ministério da Justiça. No final da década de 60 e início da década de 70, o plano foi cumprido tendo também uma forte componente de famílias que migraram do Centro e Norte do país. No pós 25 de Abril, houve um surto de ocupação de casas na generalidade dos Bairros da Freguesia de Marvila que transformou a caracterização de base da população projetada⁷.

A pressão migrante em Lisboa e a falta de condições de habitabilidade em diversos espaços da cidade levou à criação de vários bairros sociais, incluindo a Freguesia de Marvila, e consequentes realojamentos. A zona envolvente da escola tem uma média de 7500 habitantes, onde existe uma grande diversidade cultural. É composto por Portugueses, Guineenses, Angolanos, Moçambicanos, São Tomenses, Cabo verdianos, Indianos e famílias de etnia cigana, muitos deles já de 2.^a ou 3.^a geração. A nível etário predominam entre a população ativa os jovens e a terceira idade.

Devido à diversidade cultural, ética e racial e aos problemas que foram surgindo no espaço escolar o Agrupamento de Escolas D. Dinis herdou a tipologia TEIP3 (Território Educativo de Intervenção Prioritário, fase 3) do anterior Agrupamento de Escolas Damião de Góis.

Seguindo o estudo de Arends⁸, poderemos verificar que a sua teoria também se aplica ao contexto desta escola, a diversidade a nível cultural e de etnia apresenta desafios difíceis aos professores, especialmente porque as desigualdades étnicas e as questões de

⁷ Cf. <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/loios>, consultado em 26 de maio de 2016.

⁸Cf. R.ARENDTS, *Aprender a ensinar*, 60.

intolerância que ainda existem na sociedade se refletem nas escolas e nas salas de aula. Assim a escola teve de encontrar estratégias de modo a que os alunos atingissem as suas competências escolares. Sendo que são tão valorizados no processo de ensino as atitudes como as capacidades de conhecimento. Pois é importante valorizar o comportamento num meio onde existe tanta diversidade de etnia e onde a habilitação escolar é um pouco valorizada.

Os alunos que frequentam a escola são na sua maioria residentes dos bairros que compõe a freguesia de Marvila, tendo grande parte dos alunos carências sócias, onde são notórias as dificuldades financeiras. Além das carências financeiras destaca-se a falta de motivação para a escola, de forma a entendê-la como uma mais-valia para a sua vida adulta e realização pessoal.

Esta realidade, vai de encontro com o estudo de Arends, quando refere que os alunos provenientes de famílias pobres; de famílias que não são provenientes do meio; ou que apresentam características físicas ou emocionais diferentes dos seus colegas. Viverão a escola de maneira diferente, apresentando mais dificuldades a nível escolar⁹.

3- Caracterização da turma

A turma onde decorreu a Prática de Ensino Supervisionada é composta pelas turmas A e B do 8º ano, dando um total de vinte alunos. Dezasseis são da turma A, dez raparigas e seis rapazes. Quatro alunos são da turma B, duas raparigas e dois rapazes. As idades variam entre os 12 e 17 anos. O grupo é bastante heterogéneo nas diversas categorias de idade, percurso escolar e cultura.

⁹ Cf. *Ibidem*, 10.

Embora muitos deles tenham origens africanas, grande parte dos alunos são naturais de Lisboa, dois alunos são naturais de São Tomé e uma aluna de Cabo Verde.

Todos os membros da turma apresentam residência escolar, nos bairros próximos da escola.

As famílias na sua maioria são de classe média e classe média baixa, onde são notórias as carências socioeconómicas da maioria dos alunos. Como indica o gráfico 1 mais de metade da turma, 73%, usufrui de apoio social, espelhando a realidade do contexto social.

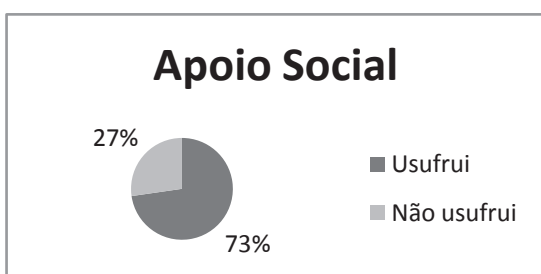


Gráfico1: Beneficiários da Segurança Social

Relativamente ao agregado familiar, numa realidade de 20 alunos, apenas dois, apresentam uma família biparental, sendo todas as outras monoparentais. Existe um elevado número de alunos de famílias monoparentais, em que o seu agregado familiar é múltiplo, querendo com isto dizer que é composto por várias famílias a viverem na mesma casa (avós, tios e primos).

Todos os alunos têm como Encarregado de Educação a mãe à exceção de dois, que tem a avó como tal.

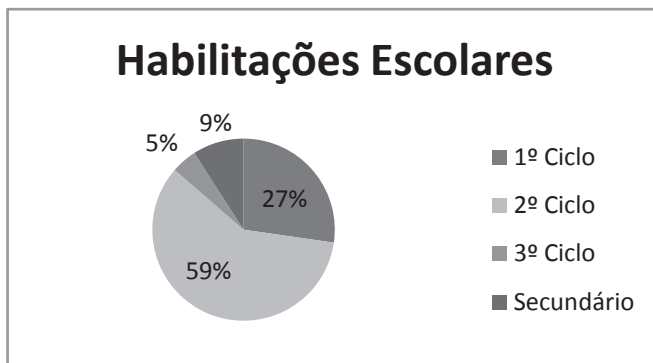


Gráfico 2: Habilitações escolares dos Encarregados de Educação

Perante o gráfico 2, constata-se que grande parte dos Encarregados de Educação tem como habilitação escolar o 2º ciclo, seguindo-se o 1º ciclo. O grau mais elevado é de duas encarregadas que têm o 12º ano. Este dado confirma o estudo de Arends¹⁰, quando indica que os alunos provenientes de famílias com menos graduação tendem a ter menos motivação para a escola.

Na grande maioria das famílias apenas uma pessoa trabalha por contra de outrem, (empregada de limpeza, cozinheira, pedreiro, carpinteiro, empregada de balcão) sendo os restantes reformados ou desempregados. Apenas nove famílias têm dois ou mais trabalhadores no mesmo agregado familiar. A influência do meio social e do ambiente familiar condiciona os objetivos pessoais da maioria dos alunos.

Em termos globais os discentes apresentam comportamentos adequados à sala de aula, cumprindo com as regras, embora por vezes apresentem níveis de atenção /concentração bastante irregulares. O grupo demonstra bastante interesse nas aulas quando as atividades são mais práticas. Quando a matéria é mais exposta, estes tendem a ter mais dificuldade em se concentrarem, correndo o risco de perderem o interesse pelos conteúdos e pela disciplina.

A turma na globalidade evidência; interesse, empenho, autonomia e responsabilidade face à disciplina de E.M.R.C. Contudo, o seu feedback é que nas disciplinas mais

¹⁰cf. *Ibidem*, 79.

científicas apresentam alguma irresponsabilidade e desinteresse pelo seu processo de aprendizagem, apresentando poucos métodos de trabalho.

Existe um pequeno grupo que evidencia mais dificuldade na interpretação dos conteúdos. Existem oito alunos com retenções ao longo do percurso escolar. Sendo importante uma atenção redobrada sobre as dificuldades destes, com um acompanhamento mais individualizado dentro da sala de aula.

Os alunos demonstram interesse e sensibilidade aos conteúdos que lhe são mais familiares ao seu quotidiano, sendo bastante participativos e assertivos com as suas intervenções. São bastantes participativos nos debates temáticos, apresentando opiniões críticas bem fundamentadas. O trabalho a pares tem-se revelado uma mais-valia, além de ajudar a compreender melhor os conteúdos, ajuda a estabelecer um maior espírito de entre ajuda e de partilha entre a turma. O grupo de alunos é muito recetivo às atividades dinâmicas de forma a consolidarem os conteúdos e ajuda-os a fortalecerem a relação inter-turma, visto que existem duas turmas na sala.

De forma a fomentar o seu interesse e para que estes se identifiquem com os conteúdos foi muito importante recorrer constantemente a analogias da matéria com as suas experiências do quotidiano.

A turma apresenta uma cultura diversificada, tendo sido importante como professora ir ao encontro da cultura de cada um, de forma a integrá-los e para que estes sintam que a escola seja um local de inclusão e de desenvolvimento pessoal, para além das aprendizagens científicas.

Os alunos consideram-se todos católicos, embora grande parte não pratique a religião. Contudo, estes demonstram conhecer os valores éticos do cristianismo e um sentido de respeito pelas diferenças de cada um. A maioria dos alunos optou pela disciplina de

E.M.R.C. com o objetivo de: conhecer um pouco mais o cristianismo; aprofundar questões culturais; e por gostarem da dinâmica da disciplina. Sobretudo, pelas visitas de estudo que a disciplina proporciona, ajudando na construção de relações mais profundas entre os alunos.

De uma forma geral, embora os alunos tenham vivências e comportamentos diversificados são bastante simpáticos. Inicialmente é preciso ir ao seu encontro de modo a conseguir-se criar uma boa relação. Ao criar-se uma boa relação e a abertura que a própria disciplina promove, é possível que haja um bom ambiente de aprendizagem entre os alunos e professores.

4- Unidade Letiva de Referência: UL3 A Liberdade

Partindo do contexto social da escola E.B 2,3 Damião de Góis, onde se desenrolou a Prática do Ensino Supervisionado, percebe-se que as características do meio envolvente sofrem de grandes carências sociais. Grande parte da população vive dos rendimentos mínimos e os trabalhos são precários. Os jovens são caracterizados pela influência do bairro, onde as suas expectativas de vida são baixas. Uma vez que existe escolaridade obrigatória muitos dos alunos olham para a escola como algo obrigatório e não como a passagem para um futuro risonho. A escola acaba por se tornar o local de identidade, onde os grupos marcam as suas presenças. Muitos dos jovens acabam por agir em grupo, onde manipulação do meio reina. A sua liberdade fica condicionada pela influência do meio sem que estes percebam.

Partindo do estudo que Cristina de Sá Carvalho faz de Piaget sobre os estádios de desenvolvimento¹¹, percebe-se que o grupo encontra-se no estágio, de operações formais, onde com a puberdade os sujeitos conseguem desenvolver uma forma de pensamento própria da idade adulta. Desenvolvem a competência de lidar com situações potenciais, separando a forma do conteúdo. Onde os problemas são resolvidos através de formas abstratas com as informações disponíveis. Já conseguem avaliar e criar um pensamento abstracto e concreto acerca da sua realidade.

À mediada que fui lecionando percebi que a turma tinha um conhecimento desfasado do conceito de liberdade, estes entendiam-no como libertinagem: fazer o que apetece ou o que dá mais prazer¹². Com a elevada diversificação cultural o bairro acaba por ser um local que pode levar a comportamentos de risco, quando os jovens não conseguem utilizar a sua liberdade como opção pelo bem.

Decidi lecionar a UL3 a liberdade, como de referência, pelas lacunas que os alunos apresentaram em relação à temática e por considerá-la de extrema importância para o desenvolvimento integral dos alunos. Levá-los a compreender que todos possuímos liberdade e que esta está encaminhada para o bem, poderá ajudá-los a refletir sobre as suas atitudes e decisões do dia-a-dia. Alertá-los para as manipulações que a vivência em sociedade incorre.

Pretendo assim, apresentar uma prática de ensino sobre a forma de como os alunos foram tomando conhecimento do conceito da liberdade, ajudando-os a discernir sobre as suas ações. Acima de tudo motivá-los e a encorajá-los sobre o uso da sua liberdade. Sendo que muitos dos jovens frequentam a escola até completarem os 18 anos e não para conseguirem um percurso académico total, mas por ser a escolaridade obrigatória, pretendo

¹¹Cf. C. CARVALHO, *Formação de catequistas Curso Geral- Psicologia*, SNEC, Lisboa, 2014, 29.

¹²Cf. Manual do aluno, *Quero Descobrir*, 8º Ano de Escolaridade, SNEC, Lisboa, 2015, 80.

alertá-los para a importância da sua liberdade na capacidade de tomarem decisões conscientes sobre a sua vida.

O problema que se coloca é, como motivar e encorajar os alunos a reinterpretarem a liberdade como opção do bem, de forma, a que façam uso da sua valência no quotidiano.

Como a disciplina de E.M.R.C. é a única que aborda esta temática, é importante uma planificação adequada aos conteúdos e ao interesse dos alunos, de modo a que ambas as combinações atinjam os objetivos pretendidos: a consciencialização do caminho do bem, por meio da liberdade. Torna-se igualmente importante, para os alunos, a compreensão da consciência moral, dos valores morais e éticos da religião na construção da sociedade.

Assim, para a lecionação desta unidade foi fundamental trabalhar em conjunto com o professor cooperante, António Oliveira, de forma a criar e a definir estratégias que ajudassem os alunos a aprenderem competências e atitudes essenciais sobre o modo de viverem a sua liberdade.

Para o estudo da unidade distribuí os conteúdos por oito aulas de 45 minutos cada.

Numa primeira abordagem antes de iniciar o tema e de forma a realizar as planificações de acordo com as perspectivas e dificuldades dos alunos sobre o conceito de liberdade, distribuí uma pomba onde cada um escreveu o que era para si a liberdade¹³. Partindo deste exercício confirmei o que já havia percebido pela sua postura, grande parte definiu a liberdade como “não ter pessoas que mandem em mim”, “poder dizer e fazer o que se quiser”, “não ter ninguém a proibir”, “ser autónomo sem ninguém a criticar”, “a liberdade é sermos independentes”, “termos o direito de expressar as nossas opiniões”, “poder mostrar o que sentimos”, “ser eu próprio”, “ter respeito, confiança, não insistir com os outros”, “simboliza paz”. Após estes resultados percebi que de facto era uma unidade

¹³ Cf. Portefólio da Prática do Ensino Supervisionado (PES). Anexo 27 - aula 16 de Fevereiro, 169.

fundamental para ser trabalhada, pois a forma como descrevem é como se a liberdade fosse adquirida ou conquistada e não entendem que é algo que nasce com a pessoa, embora tenha de ser trabalhada. É isso que dignifica a pessoa Humana, sermos livres.

Para conseguir perceber a forma de como os alunos reinterpretavam a liberdade como caminho do bem, decidi aplicar no início do estudo uma ficha de diagnóstico para averiguar a evolução das aprendizagens com o final deste. Como estratégia, iniciei a aula com um *Brainstorming* sobre o conceito de liberdade onde os alunos conseguiram chegar a algumas palavras-chave: responsabilidade, decisões, opções. Abordamos o conceito de liberdade e de livre arbítrio¹⁴. Pela exploração e interação dos alunos percebi que estes começavam a entender que o conceito de liberdade estava bastante desfasado daquele que interpretavam.

Contudo percebi que nesta primeira abordagem ao tema, o conceito de liberdade ainda não tinha ficado totalmente claro pela síntese vaga que estes realizaram no final da aula “*Hoje aprendemos o que era a liberdade*”¹⁵.

Na segunda aula, iniciamos o tema da liberdade orientada para o bem através da exploração de um *PowerPoint*. Como estratégia utilizei bastantes exemplos do seu quotidiano pelas opções do bem, a fim de os fazer ver, o seu sentido da liberdade para o dia-a-dia. Os alunos ficaram bastante interessados e presos à aula levando-me a crer que o conceito estava a ser bem interiorizado. Exploramos os níveis de liberdade, onde os alunos compreenderam que esta caracteriza-se pela capacidade de discernir. Para consolidar a matéria apliquei um quadro de síntese, onde os alunos tinham de completar a informação juntamente com os níveis de liberdade¹⁶. Para concluir, visualizaram a história “A Galinha

¹⁴ Cf. Portefólio PES. Anexo 28 - da aula 22 de fevereiro, 218.

¹⁵ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 23 de fevereiro, 188.

¹⁶ Cf. Portefólio PES. Anexo 29 - da aula 1 de março, 221.

e a Águia”¹⁷, onde despertaram o seu sentido de liberdade como parte integrante da condição humana. Pela síntese que construíram percebeu-se que estes ficaram mais despertos para o tema e que começavam a reinterpretar o seu sentido: *A liberdade é sempre a opção pelo bem*¹⁸.

Na terceira aula juntei dois conteúdos, a liberdade como opção do bem e os jogos de influência¹⁹. Os alunos realizaram a exploração de consciência moral através de um PowerPoint, uma vez que grande parte não tem manual. Após a exploração do conceito, os alunos construíram um painel na sala de aula sobre o processo em que se desenrola a tomada de decisões²⁰. Seguidamente, explorámos o conceito de manipulação onde os alunos demonstraram uma fácil compreensão do conteúdo. De modo a conciliar os dois conteúdos e a compreenderem a influência dos grupos realizou-se uma atividade dinâmica, “Jogo de influência”. A aula além de ter sido bastante rica e diligente, foi fundamental para os alunos construírem o seu próprio saber, através da atividade dinâmica, perceberam o quanto estão sujeitos à influência dos outros. Pela síntese percebi que os conteúdos estavam a ficar bem consolidados: *Temos de ter consciência dos nossos atos para depois agir. Não devemos ser manipulados*²¹.

A quarta aula não se realizou devido à visita de estudo do final do 2º período.

Na quinta aula, uma vez que os alunos tinham vindo da pausa letiva da Páscoa, optei por alterar a ordem da programação dos conteúdos e abordei a Páscoa Judaica e a Páscoa Cristã²². Foi uma aula muito rica a nível da exploração da linguagem simbólica acerca dos símbolos da Páscoa. Estes expressaram bastante curiosidade acerca de alguns costumes da

¹⁷ Cf. Portefólio PES. Anexo 30 - da aula 1 de março, 222.

¹⁸ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 1 de março, 191.

¹⁹ Cf. Portefólio PES. Planificação - da aula 8 de março, 155.

²⁰ Cf. Portefólio PES. Anexo 33, da aula 8 de março, 225.

²¹ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 8 de março, 193.

²² Cf. Portefólio PES. Planificação - da aula 5 de abril, 158 .

nossa cultura, dos quais desconheciam o seu fundamento. Como por exemplo o sentido da quaresma, o jejum e o motivo de se comer peixe à sexta-feira. Muitos dos alunos também compreenderam a origem da palavra liberdade: passagem²³. Os alunos visualizaram um filme sobre a passagem do Povo de Israel, ajudando-os a compreenderem melhor a Páscoa Judaica, como raiz cultural da Páscoa Cristã. Foi das aulas mais fortalecedoras para a compreensão do simbolismo religioso acerca da Páscoa e da compreensão a liberdade cristã²⁴.

Na sexta aula, abordei a mensagem da parábola do Filho Pródigo. Como estratégia realizamos uma leitura dramatizada, seguindo-se de um excerto do filme e concluída com um debate²⁵. Foi novamente uma aula bastante preenchida, os alunos demonstraram estar bastante envolvidos na mensagem da parábola. Inicialmente não compreenderam a atitude do pai, mas durante a exploração conseguiram entender a analogia entre a figura do Pai e de Deus; do filho mais novo, com aqueles que pensam que liberdade é fazer o que apetece; do filho mais velho, com aqueles que ficam aquém das ordens dos outros.

Para a realização do debate utilizei bastantes exemplos do seu quotidiano (alusivos aos comportamento do filho mais novo) para que os alunos tomassem consciência sobre as suas atitudes e da sua influência naqueles que os rodeiam. Com o estudo da parábola estes conseguiram compreender o sentido da liberdade como caminho do bem.²⁶ Na tomada de decisões que levem ao agir de forma correta sem comprometer os outros. Além de terem compreendido que Deus respeita a liberdade de cada um.

Na sétima aula, seguindo o fio condutor da parábola do Filho Pródigo, sob a forma da vivência do filho mais novo, em fazer o que lhe apetece, abordei a temática das

²³ Cf. Manual do aluno, 87.

²⁴ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 5 de abril, 197.

²⁵ Cf. Portefólio PES. Planificação - de aula 12 de abril, 160.

²⁶ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 12 de abril, 200.

dependências²⁷. Fiz uma breve revisão da aula anterior e percebi pela participação dos alunos que estes têm vindo a consolidar os conteúdos. Conseguiram identificar com grande facilidade o que era liberdade e libertinagem. Concluiu que já têm bem consolidado o conceito de liberdade, que consiste na capacidade de tomar decisões de forma autónoma, de acordo com a sua consciência, sem que prejudique os outros e promovendo o bem, o seu próprio e de todos. Para abordar o conteúdo das dependências os alunos trabalharam em grupo, cada um, trabalhou uma dependência diferente, apresentando de seguida à turma.

Os grupos conseguiram com grande facilidade identificar as consequências das dependências e apresentaram propostas de como se podiam evitar. Quase todos os grupos referiram a importância da liberdade, que cada pessoa deveria agir por si próprio e ter consciência das suas decisões. Mais uma vez confirmei que o percurso que viemos a percorrer surgiu efeito. Conseguiram aplicar os conceitos de forma correta, além de identificarem a liberdade identificaram-na como caminho do bem. No final da aula os alunos tomaram consciência de algumas das dependências a que estão sujeitos²⁸.

Na oitava aula concluiu-se a unidade com a importância da dignidade humana, onde esta só se realiza se o Homem for livre²⁹. Como estratégia, foram os alunos que construíram o seu próprio saber, estes pesquisaram em grupo a mensagem de alguns textos conciliares (GS17), de onde resumiram a sua mensagem e apresentaram à turma. Referindo que: *o Homem atinge a sua dignidade quando procede de acordo com a sua consciência e por livre decisão. E que é só pela liberdade que o Homem se converte ao bem.* No final realizamos uma atividade dinâmica, o barómetro das atitudes, de modo a que estes

²⁷Cf. Portefólio PES. Planificação - da aula 19 de abril, 162.

²⁸Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 19 de abril, 203.

²⁹Cf. Portefólio PES. Planificação - da aula 26 de abril, 164.

concluísem a importância do respeito pela liberdade dos outros, assim com a importância de dignificarem a sua própria liberdade³⁰.

Na nona aula, os alunos realizaram uma ficha de consolidação e responderam novamente à ficha de diagnóstico, afim de aferir a reinterpretação sobre o tema da liberdade. Através dos resultados da prova conclui que todos os alunos conseguem identificar o conceito e aplicam-no de forma autónoma. Além disso, conseguem identificar a mensagem cristã, que o Homem é livre quando se converte ao bem³¹.

5- Globalização do Itinerário letivo da Unidade 3: A Liberdade

Uma vez que a escola tem um papel fundamental no meio onde se insere devido às grandes dificuldades e carências que este apresenta, esta surge como um passaporte para um futuro mais risonho. Embora muitos alunos manifestem desagrado em relação à escola, estes têm consciência que é através de um percurso académico de qualidade que conseguem alcançar os seus objetivos de vida. A disciplina de EMRC tem contribuído para a formação integral dos alunos, ajudando-os a construir um pensamento crítico e autónomo acerca do mundo que os rodeia. Uma vez que os alunos apresentam diversas culturas e costumes. A disciplina apresenta-se como uma peça indispensável para o contexto da escola Damião de Góis na construção de valores comuns.

O facto de ter conseguido conhecer e dominar a turma, ajudou a perceber a forma de como construir um processo de ensino mais apelativo que despertasse o interesse dos alunos. Uma vez que estes encontram-se numa era em que os domínios da tecnologia são o

³⁰ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 26 de abril, .

³¹ Cf. Portefólio PES. Material de avaliação, Anexo 47 – da aula 3 de março, 179.

seu ponto fulcral, perspectivei grande parte das aulas com a utilização das TIC. Uma vez que grande parte dos discentes não tinha manual, para colmatar esta lacuna, optei por construir PowerPoint onde fui interligando com o manual. Outro ponto essencial foi as aulas terem sido planeadas, de forma, a que os alunos construíssem as suas aprendizagens, um ensino mais centrado no aluno e não no professor. Uma vez que a turma é um pouco agitada e desconcentra-se facilmente optei por utilizar na mesma aula diversas atividades, de modo a que as aulas fossem dinâmicas, para concentrar a atenção desta.

Para a lecionação da unidade foi fundamental ter rigor e cuidado na organização e distribuição das aulas pelos conteúdos. Sendo que cabe ao professor da disciplina o papel de organizar e de saber adaptar os objetivos à turma.

Uma vez que a interrupção letiva da Páscoa coincidia com o estudo da unidade, optei por nas três primeiras aulas explorar o conceito da liberdade, a opção do bem, explorar a consciência moral e as formas de manipulação, antes da interrupção. Desta forma trabalhei as metas: L. *Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé*; Q. *Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana*; M. *Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano*³². Optei por juntar as metas Q. e M. com o objetivo dos alunos abordarem a consciência autónoma para conseguirem interpretar situações de manipulação. A estratégia revelou ser uma boa opção, pois os alunos conseguiram interligar muito bem os conceitos.³³

Após as férias da Páscoa demos continuidade à unidade com o estudo da meta, G. *Identificar os valores evangélicos, com o objetivo de abordar o sentido da Páscoa Judaica e Cristã*. Esta alteração do programa revelou ser bastante satisfatória uma vez que os

³² Cf. Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, 2015, 90.

³³ Cf. Portefólio PES. Relatório - da aula 8 de Março, 193.

alunos conseguiram identificar no contexto real o simbolismo da cultura religiosa e o significado da Páscoa.

De modo a fazer sentido demos continuidade à meta G. na exploração da mensagem bíblica sobre a Parábola do Pai Misericordioso. No estudo da mensagem deparei-me com uma grande lacuna do manual, onde a parábola se encontra incompleta. Parece-me que seria de grande importância esta estar na totalidade (até à reação do irmão mais velho), uma vez que nem todos os alunos frequentam a catequese, desconhecem a sua mensagem. Além do mais, o manual faz a exploração teológica de toda a parábola, onde refere o papel do irmão mais velho, sem nunca o mencionar no texto, apresentando assim uma grande incongruência.

Seguidamente, optei por retomar a meta M. onde interliguei a conduta do filho mais novo para a tomada de consciência das dependências. Esta interligação no meu ponto de vista, teve bastante efeito, pois os alunos ficaram bastante motivados e consciencializados sobre o perigo que incorriam. Assim como as consequências das suas decisões na relação com os mais próximos.

Por fim, abordei a meta P. *Identificar o fundamento religioso da moral cristã, sobre a consciência da dignidade humana.* No meu ponto de vista, uma vez que se pretende concluir a unidade sobre a mensagem cristã acerca da liberdade, não tem sentido abordar novamente a dependência dos bens materiais. No meu ponto de vista o manual apresenta novamente outra incoerência. Pela forma como abordei nas aulas e a boa receção e compreensão dos alunos, penso que faria mais sentido se este conteúdo estivesse junto da meta M. Caso seguisse a programação proposta do manual, este conteúdo surgia um pouco fora de contexto.

Vejo assim, que é fundamental que o professor tenha um conhecimento sobre o programa e as suas finalidades de modo a que consiga ajustá-lo à realidade. De acordo com Arends, consegui entender o sentido da ” arte de ensinar”³⁴.

Verifico que a adoção das estratégias que tomei surgiram bastante efeito no alcance dos objetivos das aulas. O facto de ter diversificado as estratégias durante as aulas, tornou-as mais dinâmicas, levando a que os alunos estivessem mais concentrados. O processo mais utilizado ao longo da unidade foi a construção dos próprios saberes, através da construção de conceitos pelos alunos, exploração de textos, trabalhos a pares e realização de atividades dinâmicas.

Senti que ao dominar bem os conteúdos conseguia ter um maior controle na turma e da mesma forma cativar os alunos para o gosto de aprender. Penso que consegui abordar a unidade partindo do geral para o particular. Senti que os alunos foram-se entregando gradualmente aos conteúdos, que existiu uma evolução nas suas aprendizagens.

Ao longo da lecionação da unidade 3 a liberdade, foi bastante notória a evolução dos alunos sobre a forma de como interpretaram o conceito e o sentido que este lhe trouxe às suas vidas. Estes reaprenderam o conceito de liberdade e ao longo das sessões foram aprofundando-o, até conseguirem interpretá-lo como caminho do bem. Penso ter conseguido fazê-los entender que são livres, uma vez, que têm a capacidade de raciocinar e assumir as suas responsabilidades. Que devem utilizar a capacidade de tomar decisões de forma autónoma.

Depois de fazer este 1º itinerário, vou agora desenvolver uma reflexão acerca da liberdade.

³⁴ Cf. R. ARENDS, *Aprender a ensinar*, 4.

CAPÍTULO II:

LIBERDADE HUMANA, DIMENSÕES FILOSÓFICAS, TEOLÓGICAS E CÍVICAS

Neste capítulo II, procuramos refletir sobre a liberdade, temática da unidade letiva 3, do 8º ano de escolaridade, em perspetiva filosófica, teológica e cívica. Dando relevo a alguns aspetos que aí estão destacados.

1- Enquadramento do estudo

A liberdade humana faz parte integrante da condição humana; é algo exclusivo do Homem; é o que o distingue dos outros elementos do reino animal. De facto, o ser humano não está determinado como estão os animais que agem por instinto inato, daí os seus comportamentos não serem avaliáveis do ponto de vista moral. Contudo o ser humano não é totalmente livre, pois ao viver em comunidade estabelece relações com os outros; as opções que cada um toma têm de ter em conta a relação com os outros.

A vivência da liberdade caracteriza-se em três níveis diferenciados. O primeiro nível, material ou físico, está ligado à capacidade da pessoa se poder movimentar para onde quiser, se tiver possibilidade disso. O segundo nível, psicológico, a pessoa pode cogitar, imaginar coisas ou ações que depois poderá concretizar ou não. O terceiro nível é o espiritual ou moral; é livre todo aquele que for capaz de manter a consciência da sua

própria dignidade e de a usar para viver conforme o bem, mesmo que a liberdade material e social esteja condicionada³⁵.

Através da observação dos níveis, poderemos concluir que há pessoas que, estando condicionadas nos primeiros níveis, não significa que percam a sua total liberdade. Por exemplo, um recluso é muito pouco livre perante a apresentação do primeiro nível, uma vez que está condicionado ao espaço da sela, contudo pode ser livre no terceiro nível. Por outro lado, alguém que viva numa ditadura e que terá a sua liberdade muito restringida ao nível da intervenção social, poderá ser livre no terceiro nível. Este é o que nunca poderá ser retirado por nenhuma entidade externa, uma vez que se perderia o sentido da condição humana. Pois é no interior da pessoa na consciência, que reside a essência humana. Através dos níveis de liberdade, podemos verificar que a expressão mais profunda da liberdade é a liberdade ética.

O termo liberdade é polissémico, assim como o termo consciência, e estão interligados. A “consciência” pode significar uma faculdade sensitiva, uma capacidade intelectual, uma função psicológica ou a consciência moral. Nas línguas latinas usa-se a palavra a partir de “*conscientia*”, em português “*consciência*”, em espanhol “*conciencia*”, em italiano “*coscienza*”, em francês “*conscience*”. Nas línguas anglo-saxónicas o vocábulo “*consciousness*”³⁶.

Em interpretação religiosa a consciência é considerada como “voz de Deus”, na filosofia é a instância da Razão moral da pessoa; num sentido mais social é vista como expressão das normas sociais. Em todos os âmbitos, a consciência é considerada como

³⁵Cf. *Manual do professor de Educação Moral e Religiosa Católica, Livres para Amar*, 8º ano, SNEC, Lisboa, 2004,124.

³⁶Cf. V.COUTINHO, “Consciência e liberdade à luz da doutrina do Concílio Vaticano II”, *Didaskalia*, XLII,2012,148.

juízo da razão prática sobre a moralidade do agir. É a instância que tem a tarefa de discernir a forma de concretizar, na prática das situações concretas, os valores que as normas objetivas procuram proteger. Assim, a consciência surge como a bússola da liberdade; é considerada a voz íntima da pessoa, que a convida a fazer o bem e a evitar o mal³⁷.

A sociedade de que o ser humano faz parte está organizada em leis, de forma a ordenar o bem comum. Fazem parte do viver em sociedade nos diferentes âmbitos da vida cívica. São leis legítimas e devem ser cumpridas. Contudo, a nível moral a pessoa não está sujeita a outras leis que não aquelas que ele própria reconhece como expressão do bem³⁸.

Nesta exposição falaremos de liberdade na teologia paulina, na filosofia de Immanuel Kant e na Constituição do Concílio Vaticano II “Gaudium et Spes. Salientaremos depois a autonomia e a dignidade humana e concluiremos considerando a liberdade cívica e a liberdade religiosa.

2- Liberdade na perspectiva Paulina

Segundo S. Paulo, “foi para a liberdade que Cristo nos libertou”(Gal 5, 1). É uma proposta da fé cristã para o agir humano. O facto de termos em nós o Espírito Santo, dá-nos uma perspectiva ampliada de que não estamos só sujeitos a dimensões exteriores, mas a uma realidade interior a que S. Paulo chama “Lei do espírito que dá vida em Cristo Jesus” (Rm 8, 2). A fidelidade profunda é essa lei interior, inscrita no coração, é a que nos

³⁷ Cf. *Ibidem*.

³⁸ Cf. J. TRIGO, *Autonomia Moral e Ética Teológica*, in *Immanuel Kant nos 200 anos da sua morte*, Universidade Católica Editora, UCP, Lisboa, 2006, 282.

conduz: “onde está o Espírito de deus, está a liberdade”(2 cor 3,17). A liberdade é uma fidelidade ao Espírito Santo que nos move.

Jesus apresentou uma nova lei, a lei do amor, “amai-vos uns aos outros como Eu vós amei”(Jo15,12); esta serve de inspiração a todos os Homens. O povo judeu regia-se por um código de leis; muitas vezes em referência à Lei de Moisés, e que acabavam por subjugar a pessoa. S. Paulo alarga os horizontes, apresentando a lei nova como centro de toda a liberdade e dignidade humana. A vida humana não deve ser centrada num código de leis, mas um compromisso íntimo e pessoal com Deus que está presente no íntimo de cada ser humano³⁹.

S. Paulo diz que a verdadeira liberdade do Homem está em servir os outros e é só neste amor para com o próximo que Deus nos liberta (Gl 5 13). Esta nova lei não deve ser encarada como preceito divino, mas apelo a que corresponde uma resposta livre. Deus amou-nos primeiro, o amor aos outros, por nós praticado, é a resposta a esse amor do Pai. Todo o Homem que seguir Jesus está a realizar na sua vida a vontade do Pai⁴⁰.

Isto manifesta a capacidade do Homem em tomar opções fundamentais para a sua vida, quando realiza escolhas conscientes e livres orientadas pela procura do bem. A consciência livre leva a que do interior do Homem brote o mandamento do amor, às vezes mesmo sem influência do exterior. Todo o Homem que ligar a sua liberdade a Deus, segue um estilo de vida como aquela que Jesus viveu, praticando o amor ao próximo. O ser humano não deve viver preso a uma lei alheia ao seu interior; pelo contrário deve viver de

³⁹ Cf. V. COUTINHO, “A vida nome em Cristo. A identidade da ética cristã à luz da moral de São Paulo”, *Humanística e Teologia*, 2011,126.

⁴⁰ Cf. E. MORATO, “A liberdade cristã na perspectiva paulina”, *Reveleto, Revista electrónica Espaço Teológico*, VI 5, 2011,56.

acordo com a vontade que brota do seu interior. S. Paulo apresenta assim a lei nova como todo o fundamento do agir humano⁴¹.

“A *lex divina*, de facto, é a lei revelada por Deus, a lei conhecida dos homens mediante a revelação sobrenatural, cuja tarefa não se vira tanto para a conduta do homem nas suas vicissitudes terrenas, mas para o orientar rumo à consecução dos seus fins sobrenaturais, para o guiar rumo à salvação”⁴².

Ou seja, é a lei natural que Deus dá à humanidade para que esta possa alcançar a salvação.

Na carta de S. Paulo aos Gálatas é possível descobrir uma reflexão ética sobre o modo cristão de agir; os valores espirituais devem prevalecer sobre as obras da carne, isto é, daquilo que não vem de Deus. A ética é a reflexão sobre a condução da vida na sua dimensão moral. A ética exige de igual modo um agir assente em valores; é entendida como a “ciência do sentido orientador do agir”⁴³. As pessoas não vivem de forma a cumprir normas, mas para projetos de vida com finalidades, em que existe um conjunto de convicções e de valores.

Como diz Vitor Coutinho, referindo S.Tomás de Aquino, o Homem vive para o bem e na sua busca, podendo este ser considerado como felicidade. Nesta perspetiva paulina, o Homem é visto na sua relação com Cristo, é na salvação em Cristo que ele é libertado dos poderes do mal, e capacitado para uma vida nova. Assim, o agir cristão fica marcado pela liberdade, uma vez que Cristo o libertou de todo o mal. Nesta referência a Deus, o homem descobre-se a si próprio. Pois só é possível determinar o que é o bem, quando existe algo

⁴¹ Cf. *Ibidem*, 56.

⁴² S.PURCARO, *A norma: Fundamento último e mediações históricas do vínculo moral*, in D. ABIGNENTE; J.M. PERREIRA DE ALMEIDA; *A Cuidar do Outro*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2015, 186.

⁴³ V.COUTINHO, *A vida nova em Cristo*, 117.

de referência. Só é possível definir o comportamento moral correto, quando nos referimos a uma imagem humana correta. Essa imagem está associada à vivência em Cristo⁴⁴.

Segundo São Paulo, a fé não impede que o Homem faça uso da racionalidade; pelo contrário, deve existir um discernimento da vontade de Deus, de forma a descobrir o que é bom. É importante recorrer às inspirações que a fé sugere de modo a procurar a compreensão racional do que é bom e correto.

3- Perspetiva de Kant sobre a liberdade

A liberdade ao longo da história foi sempre um conceito de grandes reflexões filosóficas. Sempre esteve relacionado com as questões do Homem, de Deus e do mundo. É junto da filosofia de Immanuel Kant que se encontra uma maior reflexão sobre o tema, dando abertura a inúmeras fundamentações para o agir prático do Homem.

Antes de dar uma definição de liberdade, Kant procura refletir sobre a ação do Homem e no processo como esta se desenvolve, partindo da máxima que a “Razão ordena como cabe aos homens agir”⁴⁵. A razão é considerada como um sistema de cognição *a priori*, em que a pessoa desenvolve a sua capacidade de desejo pela sua razão pura, sem estímulos exteriores.

Esta capacidade leva a que o Homem desperte em si uma vontade própria. Que descubra em si o “livre arbítrio”, que consiste na capacidade de escolha pela razão pura sem a influência do exterior. No centro desta faculdade o Homem encontra no seu mais íntimo,

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, 117.

⁴⁵ I.KANT, *A Metafísica dos costumes*, Edipro, São Paulo, 2003, 58.

a liberdade, que “é a capacidade da razão pura do ser”⁴⁶, onde o Homem define as suas leis morais sobre a forma de agir manifestando-se nele como “imperativo categórico”.

Por outro lado, para não cair em substancialismos e particularismos, propõe que a máxima de uma ação possa valer ao mesmo tempo como princípio de uma lei legisladora universal. Ou seja, se o Homem agir de acordo com a sua natureza, esse será o princípio legislador de todas as leis humanas⁴⁷.

Kant pretende inicialmente explicar o conceito de liberdade junto do conceito de casualidade, já que todo o Homem age segundo uma causa. Contudo, entende que a liberdade humana não brota diretamente de uma causa; a vontade do agir humano brota do interior do Homem levando a leis práticas. É junto da conceção de Deus como o primeiro Ser, onde todos aqueles que O aceitam, buscam em si todo o fundamento. Sendo que antes da existência de todo o ser, Deus já existia, ele está na base de tudo. Torna-se assim a causa de toda a liberdade. Não uma causa direta, mas uma causa intrínseca ao Homem⁴⁸.

Segundo Kant, cada Homem deve seguir a sua própria liberdade; a ideia fundamental não é que esta seja adquirida fora de nós, mas é dentro de nós como imperativo ético; é a razão humana que tem essa capacidade. É nesta vontade pura, que Kant encontra sentido para o conceito de liberdade. É um conceito racional puro, ou seja, não se realiza através da experiência humana. No uso da razão pura, a liberdade comprova a sua existência através de leis que advêm da razão. Assim o conceito de liberdade não pode ter validade como princípio da Razão especulativa, mas como princípio regulador desta⁴⁹.

⁴⁶ *Ibidem*, 63.

⁴⁷ Cf. I.KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Atlântida, Coimbra, 1960,56-57.

⁴⁸ Cf. I.KANT, *Crítica da razão prática*, Edições 70, Lisboa, 1986, 99.

⁴⁹ Cf. I. KANT, *A Metafísica dos costumes*, 65.

A razão é lei legisladora para todos os seres racionais que tenham uma vontade, ou seja a faculdade de determinar a sua própria casualidade mediante a representação de regras. Contudo ao Homem é possível surgir uma vontade pura. “Age de tal modo que a máxima de tua vontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal”⁵⁰. Ou seja, é na forma do agir livre que a pessoa encontra a sua máxima.

A autonomia da vontade é o único princípio das leis morais. A autonomia é o princípio da dignidade da natureza humana e de toda a natureza raciocinante⁵¹. Esta autonomia individual na criação de leis morais é constituinte da liberdade humana, pois a autonomia é entendida como a capacidade de fornecer leis a si próprio.

O Homem encontra a sua definição de bom, em tudo aquilo que for sua vontade humana, de forma a obter a sua felicidade. É através do uso da razão que este define o que é bom e o que é mau. Enquanto no animal cabe ao instinto desenvolver esta capacidade, no Homem é à Razão. Este princípio é uma lei prática *a priori*, ou seja, é natural ao Homem, está inscrito no seu próprio Ser, não depende de nenhuma causa. O Homem possui a capacidade de se determinar por si, independentemente da coação dos impulsos sensíveis⁵².

Segundo Kant a pessoa não tem obrigação de seguir a liberdade dos outros, é importante aceitar que cada um faça uso do seu livre arbítrio. Cada pessoa age de acordo com a sua legislação, sem colocar em causa as outras liberdades⁵³.

Poderemos concluir que para Kant a liberdade é o antecedente da lei moral, pois é a faculdade da consciência a discernir sobre as ações. A liberdade e a moral estão

⁵⁰ *Ibidem*, 65.

⁵¹ I.KANT, *Crítica da razão prática*, 45.

⁵² Cf. *Ibidem*, 43.

⁵³ Cf. *Ibidem*, 43-44.

interligadas uma vez que é a liberdade individual que escolhe a conduta de regras, todo o princípio da moral reside em nossa razão autónoma⁵⁴.

4- Concílio Vaticano II: Constituição “Gaudium Spes”

A Constituição “*Gaudium et Spes*” do Concílio Vaticano II⁵⁵ refere a dignidade da consciência moral, como o ponto fulcral da autonomia orientada pela lei interior. Toda a pessoa possui dignidade, pelo facto de ser pessoa.

Nos crentes a consciência adquire uma dimensão religiosa, dando-se um diálogo entre Deus e o Homem; “A consciência é o centro mais secreto e o santuário do Homem no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser” (GS. 16); é nesta intimidade que o ser humano consegue discernir perante a sua vida a sua lei natural. Parte da natureza da própria pessoa, a essência da sua obediência. Cada um tem inscrito no seu coração a lei do próprio Deus. A dignidade consiste em obedecer-lhe. Trata-se da obediência da pessoa a si mesma, ao dinamismo humano e divino.

A lei inscrita por Deus é a lei do amor. Pois é perante a sua consciência que o Homem descobre a lei natural que já está inscrita no seu próprio ser. É na descoberta dessa lei, que o Homem reconhece o caminho do bem e a fuga do mal. “Na intimidade do seu coração, ouve, faz isto e evita aquilo”(GS 16).

⁵⁴*Ibidem*, 45.

⁵⁵ CONCILIO VATICANO II, *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo “Gaudium et Spes”*, (Promulgado a 7 de Dezembro de 1965).

“No texto não se começa a falar da consciência moral relativamente ao viver dos cristãos, mas na referência ao viver de cada homem; afirma-se que a realidade interior, chamada por nós habitualmente consciência é o lugar em que cada pessoa, crente ou não crente, se encontra com o Criador. Com linguagem simbólica fala-se deste lugar da verdade da pessoa como Deus como sacrário”⁵⁶.

De acordo com o Magistério da Igreja, cada Homem tem na sua consciência uma lei inscrita pelo próprio Deus, daí que a sua dignidade esteja na obediência à própria consciência, pois é graças à consciência que se revela a lei do amor de Deus e ao próximo. Partindo da consciência, encontra-se a moral para escutar-se a si próprio, escutar Deus e os outros. Percebe-se então que se parte da consciência para a criação da lei, e não ao contrário. Tendo o ser humano consciência da sua capacidade e usando-a com retidão, mais se afastará da heteronomia ou da arbitrariedade cega. Ainda assim é possível que a consciência possa errar, sem culpa, ou por ignorância, contudo não perde a própria dignidade. Por outro lado quando o Homem deixa de procurar a verdade e o bem, pode cair no hábito do pecado⁵⁷.

A *Constituição “Gaudium et Spes”* afirma que “só na liberdade que o Homem se pode converter ao bem”(GS 16). A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem de Deus. É isso que faz com que o Homem tenha autonomia e esteja entregue às suas próprias decisões. Cada ser é livre de chegar ao encontro com o Criador. A liberdade exige que o Homem faça uso da sua dignidade, de modo a que proceda segundo a sua própria consciência e por livre adesão. Esta liberdade deve partir do interior de cada um, e não por impulso ou coações exteriores ao ser humano. O Homem torna-se livre quando por meio da sua consciência encontra o bem, orientado na busca do Senhor (Cf. GS 17).

⁵⁶ S. BASTIANEL, *Discípulos na história*, in S. BASTIANEL (Coord). *Entre possibilidades e limites, Uma teologia moral em demanda*, Caritas Portuguesa, Lisboa, 2013, 33.

⁵⁷ Cf. J. TRIGO, *Autonomia moral e ética teológica*, 272-273.

Através da teologia moral conseguimos interpretar o comportamento e o modo de agir do Homem de acordo com os princípios antropológicos e teológicos. Está intimamente ligada ao conceito do que é moralmente bom, pois o que está em jogo é a realização plena da vida humana, sensata e digna. Alimenta-se da Sagrada Escritura de forma a discernir a sua mensagem sobre o comportamento ético dos cristãos, sendo que o agir moral destes é a resposta ao chamamento da mensagem de Jesus Cristo. Este é o Homem perfeito, o mistério do Ser Humano revela-se através d'Ele (Cf. GS 22).

A partir do Concílio Vaticano II existiu uma maior reflexão teológico-moral sobre a sobre autonomia moral. Até então prevalecia uma relevância grande no Deus legislador e na sua lei. Nestes termos seria difícil avaliar a ética da liberdade e autonomia humanas. A consciência assume um lugar de grande importância; representa a dignidade da pessoa e a responsabilidade de sua ação moral. Acredita-se que existe no Homem uma imediata e viva consciência de Deus, sendo que na consciência são captados os primeiros princípios da moral⁵⁸.

Como diz Purcaro, a lei natural inscrita na consciência de cada humano define os princípios morais. “Toda a tentativa de formular externamente o dever moral – em princípios, leis ou normas - terá, pois, naquela lei interna a sua origem e a sua medida”⁵⁹.

Contudo, como já dissemos, esta consciência também pode errar. Quando o erro é sem culpa ao Homem não pode ser imputabilidade moral pela sua ação. A consciência errónea não aconteceu por vontade, mas por acidente, “*per accidens*”. A consciência errónea livre de culpa vincula o Homem, e, apesar do erro objetivo, torna sua ação boa. Uma vez que o Homem foi induzido a erro pela sua ignorância ou desconhecimento, e contudo agiu

⁵⁸ Cf. K.DEMMER, *Introdução à Teologia Moral*, Edições Loyola, São Paulo, 1999, 30.

⁵⁹ S.PURCARO, *A norma: Fundamento último e mediações históricas do vínculo moral*, 184.

segundo a sua vontade, a sua ação é considerada boa. Seria uma má ação se agisse segundo dos outros⁶⁰.

5- Discernimento moral

Uma vez que o ser humano se apercebe que, nas decisões morais a tomar, muitas vezes se encontra em conflito de valores, e vive em comunidade, e cada um tem as suas convicções, é necessário o discernimento. A consciência pessoal como voz interior em que Deus está presente, diz à pessoa se ela agiu em sintonia com uma lei válida para si e para todos, ou seja, com o dever, ou se, ao contrário, se tornou vítima de suas inclinações.

O cristão é chamado a crer e a agir de acordo com a sua consciência, sem ferir a dignidade do próximo. A sua liberdade ética não pode colocar em causa a liberdade do outro⁶¹.

É necessário referenciar a importância da honestidade em aprender e fazer o bem. Na base de toda a moralidade é necessária a sinceridade no querer captar e fazer o bem: todo o jogo, todo o compromisso a este nível vicia a *priori* a bondade moral da pessoa. É importante velar pela honestidade das intenções pessoais como lugar da origem das ações e dos comportamentos⁶².

O Concílio Vaticano II apela para a responsabilidade do cristão; enquanto responsável pelo mundo, é-lhe confiada a responsabilidade de modelá-lo, tanto no âmbito da política como da vida social e económica. Na sua perspectiva há uma moral autónoma que brota da fé através da lei de Cristo; da parte da ética em si, há a lei moral natural. Contudo não é

⁶⁰Cf. K.DEMMER, *Introdução à Teologia Moral*, 32.

⁶¹ Cf. *Ibidem*, 33.

⁶²Cf. S.PURCARO S *A norma: Fundamento último e mediações históricas do vínculo moral*, 188-189.

possível definir uma ética particular decorrente da fé, diferente da que decorre da Razão; o que as distingue são as motivações. Assim as diferenças entre crentes e não crentes no âmbito da ética, só se encontram nas motivações diferentes; o conteúdo é semelhante, diferentes são as motivações⁶³.

A ética da fé é considerada a ética da salvação onde estão incorporadas as virtudes da fé, esperança e caridade. A ética normativa, por seu lado, tem como base as quatro virtudes cardeais: prudência, justiça, coragem e temperança⁶⁴. Assim, todo o Homem é capaz de discernir sobre o seu comportamento, uma vez que está dotado de capacidade natural de julgar e avaliar as situações. Todo o modo de agir natural se concentra no “*Logos*” que está presente na própria natureza humana. Santo Agostinho chamou-lhe “lei eterna”, lei que advém de Deus, em que o Homem descobre toda a verdade na sua interioridade e não no mundo exterior⁶⁵.

Cabe ao Homem avaliar o princípio das leis morais universais para prevenir os danos, antes de realizar o bem. Caso o resultado seja o que é pretendido, o bem, então o Homem deve agir de acordo com a regra. Se avaliar o princípio e verificar que vai causar danos, deve utilizar a sua consciência e discernir sobre o modo de agir, evitando o mal⁶⁶. Na elaboração dos juízos de consciência e na tomada de decisões éticas há duas perspetivas: a deontológica e a teleológica.

“A teoria deontológica parte da obrigação absoluta da verdade moral e leva em consideração também as consequências de uma ação normativa imposta. A teoria teleológica considera que o único critério para avaliar a correção moral de uma ação normativa imposta,

⁶³ Cf. K.DEMMER, *Introdução à Teologia Moral*, 42.

⁶⁴ Cf. *Ibidem*, 42.

⁶⁵ Cf. *Ibidem*, 59.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, 72.

consequentemente, a validade fundamental da própria norma, reside apenas nas consequências”⁶⁷.

Em tudo é preciso ter presente a lei moral universal, “Praticar o bem e evitar o mal”⁶⁸. Este princípio valida todas as vontades livres até a própria vida.

6- Autonomia e dignidade humana

Segundo a concepção kantiana o conceito de autonomia ocupa um lugar central na ética, pois a moralidade só pode existir sob a condição da autonomia, “só há uma ética verdadeira, se estiver fundamentada de maneira autónoma”⁶⁹. O Homem através da razão e da liberdade constrói a sua própria autonomia. “Autonomia significa a capacidade de a pessoa se orientar por si mesma como ser racional que é”⁷⁰. O princípio da autonomia da própria vontade, é o único princípio da moral.

O fundamento da moral não se encontra na ordem da natureza, nem na busca da felicidade, nem na submissão à vontade divina, mas na autonomia da vontade. A vontade é auto legisladora da própria lei, ou seja, a autonomia como auto-legislação. Na autonomia moral a obediência não é a outro, mas a si mesmo; cada pessoa só deve obedecer à lei que ela própria se dá⁷¹.

⁶⁷ *Ibidem*, 73.

⁶⁸ *Ibidem*, 69.

⁶⁹ J. TRIGO, *Autonomia moral e ética teológica*, 251.

⁷⁰ *Ibidem*, 252.

⁷¹ Cf. I. KANT, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, 73-74.

Caso a pessoa não atue segundo a sua própria vontade, está-se perante a heteronomia, em que se é conduzido por lei externas a si próprio, a determinação moral vem do exterior⁷².

Na perspectiva kantiana, Deus está na sequência moral e não na base da origem da lei. Kant não parte de Deus ou da religião para a moral, seria assim considerado heterónimo mas da moral para a religião. A ordem lógica não é, primeiro Deus e depois a moral, mas ao contrário. Kant não se refere a um Deus revelado, mas procura encontrar uma moral para o Homem⁷³.

Na filosofia kantiana a autonomia não está em contradição com Deus como criador do mundo, este é um postulado da Razão prática que é autónoma. Graças à ideia de Deus, existe uma influência sobre a vontade Humana para o cumprimento de todos os deveres⁷⁴.

Existem dois caminhos: a religião revelada, estatutária, que se apresenta como lei divina, com comportamentos determinados, e a religião natural racional, em que a pessoa age por conhecer o seu dever, faz o discernimento, e a seguir conclui que é mandamento divino. De acordo com Kant o segundo caminho é o mais correto, pois a pessoa deve agir segundo o seu discernimento⁷⁵.

Kant coloca em causa não a lei divina, mas as leis eclesiásticas e históricas. A religião revelada coloca em causa a autonomia da pessoa, porque evidencia que são leis exteriores. A religião racional ajuda a promover a autonomia de cada ser.

“A moral autónoma torna-se religião racional, natural ou moral quando é definida por Kant como o conhecimento de todos os nossos deveres como mandamentos divinos. Já

⁷² Cf. *Ibidem*, 74.

⁷³ Cf. J. TRIGO, *Autonomia Moral e Ética Teológica*, 255.

⁷⁴ Cf. *Ibidem*, 256.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, 256-257.

não é a autoridade de Deus que fundamenta o dever moral, é a razão moral autónoma do homem que deve apreciar um mandamento revelado segundo o seu teor moral”⁷⁶.

A autonomia apresentada por Kant é contra a dependência de um Deus arbitrário que define a moralidade humana que condiciona a sua liberdade, impondo o seu poder. Kant apresenta assim uma autonomia no dever moral de cada um, em que cada pessoa legisla as suas próprias leis.

Na história da Igreja Católica houve alguma dificuldade em assumir a ideia da autonomia. Ainda no séc. XIX, tanto a autoridade eclesiástica como teólogos e filósofos católicos recusaram. Entretanto surge a apresentação do conceito de “teonomia e de autonomia teónoma”⁷⁷, de modo a corrigir as falhas da ética cristã no âmbito da autonomia humana. A ética cristã aceita e valoriza a categoria de autonomia e relaciona-a com Deus e a sua revelação.

Como diz Jerónimo Trigo, referindo Sergio Bastianel, a autonomia na perspectiva religiosa representa-se como teonomia, que é o fundamento do sentido da lei moral. Autonomia e teonomia são dois conceitos que estão interligados, pois nenhum cristão pode afirmar a autonomia moral, se não reconhece Deus no seu fundamento, da mesma forma que não pode afirmar a fundamentação religiosa, se não a partir da própria autonomia. A autonomia passa a ser considerada na teologia moral a construção da pessoa livre e responsável⁷⁸.

Sendo a pessoa humana é dotada de Razão por Deus, e considerando-se que o conhecimento do bem é fonte última da liberdade humana, só o Homem, perante as situações, consegue avaliar pela fonte inspiradora de Deus o que é o bem. Através da

⁷⁶ *Ibidem*, 258.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*, 267-268.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*, 268-269.

perspetiva da criação, o Homem consegue pensar em Deus como alguém que dá fundamento e sentido à sua autonomia. Esta revelação não contradiz a autonomia humana⁷⁹.

Partindo da mensagem cristã de que a pessoa humana é imagem de Deus, dotada de inteligência e de liberdade (cf. GS 15-17), é o Espírito que conduz o Homem à fonte de dignidade e de liberdade. Sendo um ser intelectual, com livre arbítrio e vontade própria, é no interior de si mesmo que o Homem encontra Deus e que toma as decisões por si próprio para a sua vida. O Homem como ser livre, realiza em si a dignidade humana; a verdadeira liberdade é um sinal privilegiado da dignidade humana e condição da sua possibilidade, pois é só na liberdade que o homem se pode converter ao bem⁸⁰.

O Concílio Vaticano II expõe a relação íntima entre liberdade e consciência, sendo que a unidade de ambas está ligada diretamente à dignidade da pessoa. A dignidade humana requer que o Homem atue de acordo com a sua vontade, que seja movido a partir do seu interior e não por coações exteriores a si próprio. “A consciência só é consciência moral se for autónoma, isto é, quando descobre valores morais e atua em conformidade com eles por adesão pessoal consciente e livre”⁸¹. Entende-se assim a consciência como o centro da dignidade humana; caracteriza-se pelo respeito à integridade física e moral, respeito ao outro, respeito à autonomia, à liberdade. O Homem não é um objeto, mas um fim a si mesmo.

A dignidade é inerente ao Homem, inata à sua natureza humana; esta não é adquirida, comprada ou conquistada; é algo que todo Homem possui. Assim, cada pessoa deve agir segundo ela e por livre vontade, cada pessoa deve discernir a partir do seu interior e da

⁷⁹ Cf. K. DEMMER, *Introdução à Teologia Moral*, 76-77.

⁸⁰ Cf. J. TRIGO, *Autonomia moral e ética teológica*, 271

⁸¹ *Ibidem*, 272.

vontade de Deus. A dignidade do Homem consiste na livre decisão, e no uso correto da sua dignidade, quando utiliza a sua liberdade pela opção do bem. O Homem, sendo a última criação de Deus, é, portanto, sua obra com maior dignidade, porque é a “única criatura sobre a face da terra a ser criada por Deus por si mesma”⁸², ele é a representação de Deus na terra. Por meio da sua liberdade e na sua forma de agir perante todas as criaturas da Terra, o homem é o guardião terrestre da obra de Deus.

7- Liberdade cívica e liberdade religiosa

Partindo do ponto anterior, de que todo o Homem possui dignidade, esta deve expressar-se através do seu modo de vida, tanto no campo religioso como no civil.

Sobre a liberdade religiosa e tendo como princípio fundador do cristianismo a libertação do Homem, a Igreja Católica afirma na *Declaração sobre a liberdade Religiosa “Dignitatis Humanae”*:

“Em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, cada um tem o dever, e conseqüentemente o direito, de procurar a verdade em matéria religiosa, de modo a formar, usando de meios apropriados, juízos de consciência retos e verdadeiros” (DH 2).

O ser humano deve de seguir a sua consciência, e não deve ser obrigado a seguir outra ordem que não a sua própria convicção, nem punido por tê-la seguido. Ao Homem é confiada a responsabilidade e a capacidade de decisão, para que possa assumir livremente a sua vida e os seus atos; caso contrário não seria autónomo. Sendo que o Homem, cada vez

⁸² CONCILIO VATICANO II, *Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Atual “Gaudium et Spes”*, n°22.

mais, tem consciência da sua dignidade, cada vez age mais pela sua própria convicção. Requer-se, assim, que o poder político, em questões de consciência, seja menos coativo, de modo a que o Homem possa agir de forma mais autónoma, e não confinado ao dever de normas impostas. Há muitas vezes a tendência a controlar através de leis, confinando a liberdade individual e a liberdade religiosa. Pretende-se assim, que o Estado promova também os valores religiosos que estão presentes na sociedade⁸³.

A liberdade religiosa é um caminho para a felicidade humana, pois a verdadeira liberdade está na busca da verdade, no encontro da felicidade em Deus. O Concílio Vaticano II afirma que a vontade e o dever não se alcançam de outra forma que não seja a força que advém do espírito. A liberdade religiosa não pode ser cortada pela sociedade; cada pessoa é livre de seguir a sua consciência, e de tomar as suas decisões com base no amor de Deus⁸⁴.

Todo o ser humano tem direito à liberdade religiosa, de forma a encontrar-se a si próprio, e a agir de acordo com a sua consciência. Nenhuma pessoa deve ser obrigada ou coagida a seguir os grupos sociais. “Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade, deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil” (DH 2).

Sendo que todo o Homem é dotado de razão e vontade livre, é levado pela própria natureza à busca da verdade. Esta verdade pode ser encontrada por meio da religião. O ponto de referência não é mais um direito abstrato inerente à própria verdade, mas sim o

⁸³ Cf. J.J.PERREIRA DE ALMEIDA, *Unidade pessoal na vida social. Como ser Senhor na cidade?* in S. BASTIANEL (Coord.) *Entre possibilidades e limites, Uma teologia moral em demanda*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2013, 142.

⁸⁴ Cf. *Ibidem*, 143.

concreto direito e dever da pessoa de procurar a verdade, e de julgar com base na própria consciência⁸⁵.

A liberdade religiosa parte do interior do ser humano na inquietação ~~busca de~~ dar uma resposta ao chamamento de Deus; é algo próprio da natureza humana. Todas as pessoas têm esta capacidade de aderir a Deus, mas nem todos fazem uso dela. Esta verdade deve ser procurada de forma livre e não imposta. A sociedade e os Estados devem abrir espaço, e fomentar até a liberdade religiosa, de modo que as pessoas sejam livres na sua busca interior, de forma a encontrar o bem comum⁸⁶.

Noutro ponto encontramos a liberdade civil que foi sendo conquistada com a evolução da história, com a reflexão, a experiência e as lutas das pessoas e das instâncias políticas. Poderemos considerar a liberdade civil como a capacidade, os direitos e os deveres da pessoa que, a nível político, social e institucional, concretizam a sua condição de cidadão. É evidente que é na interação com outros que se realiza a cidadania. Esta, como realidade política, jurídica e institucional, formula-se através dos direitos, dos deveres e do âmbito em que se realizam. As regras instituídas devem ser em vista dos direitos e deveres de todos. Para garantir isso é necessário um Estado democrático regulador que legisle em vista do bem comum⁸⁷. São fundamentais os direitos políticos, sociais e de igualdade de oportunidade. “A lei é apenas um mandamento da razão ordenado ao bem comum, promulgado por quem está encarregado de uma coletividade”⁸⁸.

⁸⁵ K.DEMMER, *Introdução à Teologia Moral*, 12.

⁸⁶ Cf. S. BASTIANEL, *Entre possibilidades e limites, uma teologia moral em demanda*, 112.

⁸⁷ J.MOZZICAFREDDO, *Direito à Liberdade Política*, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa, 330, in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1463.pdf>, consultado em 26 de março de 2016.

⁸⁸ G. PARNOTIELLO, *Autoridade e obediência como exercício de responsabilidade* In D.ABIGNENTE: JM.PERREIRA DE ALMEIDA (ORGs,) *Cuidar do Outro*, Editorial Caritas, Lisboa, 2015, 288.

Há o predomínio da lei geral sobre os interesses e preferências individuais, regras processuais de escolha política, penalizações para infrações, etc. de modo a salvaguardar e garantir, quer os direitos e deveres pessoais, quer os da comunidade. Numa sociedade democrática tendem a aumentar: “os direitos políticos, sociais, laborais, e os princípios de igualdade de oportunidades, afim de compatibilizar a liberdade e a justiça social num sistema de mercado e de democracia”⁸⁹. A liberdade política é entendida como a liberdade institucional. A instituição política reconhece-a, promove-a, regula-a e penaliza que a não respeita.

“Neste sentido, o agir livre e responsável de uma pessoa tem sempre uma dimensão política e, por isso, comporta uma responsabilidade política. Neste sentido, a política é uma tarefa comum a todos e não delegável, embora ulteriormente possamos e devemos delegar tarefas e funções específicas”⁹⁰.

No campo religioso, a Igreja Católica tem uma doutrina social, que é uma reflexão crítica sobre a práxis política, a partir da fé cristã. Manifesta-se e intervém no âmbito social, político e económico perante as problemáticas da realidade, em que estão em jogo valores, direitos e deveres humanos, com problemas e possibilidades positivas, por causa de culturas, de relações, de estruturas económicas, sociais, políticas, em circunstâncias históricas diferenciadas⁹¹.

No campo civil, uma vez que o Homem ao viver em sociedade está diretamente ligado com todas as estruturas que fazem parte desta, é necessária a existência de um código civil,

⁸⁹ *Ibidem*, 330.

⁹⁰ S.BASTIANEL, *Moralidade pessoal na história, Temas de ética social*, Cáritas Portuguesa, Lisboa, 2001, 93.

⁹¹ Cf. *Ibidem*, 14.

em cada Estado, para promover e proteger todos os indivíduos nos diferentes âmbitos da cidadania: morais, culturais, económicas ou profissionais, no domínio das suas atribuições, bem como os respetivos estatutos e regulamentos internos. Ou seja, é importante que haja sempre uma regulamentação entre os direitos individuais e o Estado democrático de modo a garantir a liberdade política⁹².

Em Portugal a Revolução de 25 de abril de 1974 deu início a um novo paradigma na sociedade: libertar o povo da ditadura, da opressão e do colonialismo marcando uma viragem histórica. A Constituição da República garante os direitos fundamentais dos cidadãos, estabelecendo os princípios basilares da democracia, “baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (art.º1), estabelece as regras de funcionamento da sociedade portuguesa e visa defender os direitos da liberdade política individual e dos deveres.

Um princípio basilar, a propósito dos direitos e deveres fundamentais, é que todos os cidadãos gozam dos mesmos direitos. Diz assim:

“Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. E onde ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situações económicas, condição social ou orientação sexual (art.º13)⁹³.”

⁹² *Código civil português*, in http://www.cmcascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/codigo_civil_atualizado_ate_a_lei_59_99_.pdf, consultado em 20 de abril de 2016.

⁹³ *Constituição da República Portuguesa*, in www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx, consultado em 20 de abril de 2016.

Afirma também que a vida humana é inviolável, assim como a integridade moral e física da pessoa (cf. art.º 24). Inclui igualmente a defesa do direito à constituição de família (cf. art.º36), liberdade de expressão, liberdade na escolha de profissão(cf. art.º37). Existem também os direitos, liberdades, e garantias de participação, o que confere a todos os cidadãos a liberdade de poderem participar em cargos públicos, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores que conferem o direito ao trabalho e à justa renumeração (cf. art.º54).

Na parte que refere a direitos e deveres económicos, sociais e culturais, engloba os direitos e deveres económicos, como o direito a trabalhar e à propriedade privada, e os direitos e deveres sociais, segundo os quais todos os indivíduos têm direito à proteção da segurança social assim como o cumprimento dos deveres associados (cf. art.º 59,62 e 63). Há ainda os direitos e deveres culturais que garantem que todos os indivíduos têm direito ao ensino e ao seu desenvolvimento pessoal (cf. art.º 73 e 74).

Junto da Constituição da República está o Código Civil Português que regula direitos e deveres dos cidadãos, para que a sociedade esteja organizada.

Isto manifesta-se de modo particular na liberdade política entendendo-a como liberdade cívica, liberdade de escolha do estado de vida, liberdade social, liberdade de voto; liberdade de expressão etc. É através desta liberdade cívica que surge a liberdade religiosa; a pessoa pode acreditar e propor a outras aquilo em que acredita (cf.art.º 41).

O modo de viver social pertence à cultura de um grupo humano e é a sua expressão. Por isso não há atividade humana que não seja política, inclusive espiritual; onde se formam as consciências. A presença da Igreja Católica, neste caso, incide na vida pública, pois os seus valores estão representados através da vivência do quotidiano dos crentes. A liberdade religiosa não se pode distanciar da liberdade cívica. Pelo contrário, se o viver

pessoal tem sempre uma dimensão pública, o que toca as consciências será algo que afeta igualmente o viver da sociedade⁹⁴.

Um dos grandes exemplos onde se encontra o germe das relações entre a autoridade estatal e religiosa é a Declaração dos Direitos Humanos. Com ela começou a existir uma maior tolerância para a existência de mais confissões religiosas no mesmo território. Nesta linha a Declaração reduz as convicções religiosas ao nível das opiniões, e estende a liberdade de escolha perante as diversas confissões; a religião deixa de ser o critério da identidade nacional, sem impedir que a pessoa tenha acesso aos direitos civis e políticos ligados à cidadania⁹⁵.

No fim desta reflexão, proponho no itinerário seguinte uma visita de estudo, a partir da qual tento proporcionar aos alunos uma experiência onde podem constatar as dimensões da liberdade que tem vindo a ser refletidas.

⁹⁴ Cf. S.BASTIANEL, *Moralidade pessoal na história, Temas de ética social*, 22.

⁹⁵ Cf. G. PARNOTIELLO, *Autoridade e obediência como exercício de responsabilidade*, 290.

CAPÍTULO III:

ANÁLISE DO IMPACTO DA UNIDADE LETIVA E PROPOSTA DE ACTIVIDADE

Dando seguimento à investigação, este capítulo apresenta um estudo que demonstra o impacto da unidade letiva na percepção da liberdade. Para enriquecer a percepção dos alunos, proponho uma visita de estudo com o objetivo de terem contacto com realidades onde a liberdade foi posta em causa.

1- Objetivos da ficha de diagnóstico

Uma vez que uma das finalidades da disciplina de E.M.R.C. é ajudar os alunos a criarem competências de modo a tornarem-se independentes e auto-reguladores, optei por aplicar uma ficha de diagnóstico sobre a unidade, no início⁹⁶ e no final desta, ao total de vinte alunos, sendo doze raparigas e oito rapazes.

A aplicação da ficha de diagnóstico⁹⁷ no final do estudo da unidade, não tem como objetivo saber se os alunos aprenderam o conceito, mas sim, como estes o interpretam e aplicam na sua vida como caminho do bem,

Uma vez que os jovens agem de acordo com os grupos em que estão inseridos, onde existe um palco de influências recíprocas e múltiplas. Esta influência pode constituir um conjunto de oportunidades e de limitações para o seu desenvolvimento⁹⁸. Sendo que a

⁹⁶ Cf. Portefólio PES, anexo 27 - dia 16 de fevereiro,169.

⁹⁷ Cf. Portefólio PES, anexo 47 - dia 3 de maio, 184.

⁹⁸ CF. C.CARVALHO, *Curso geral - Psicologia*, 18.

escola apresenta um elevado padrão de abandono escolar, pretendo aferir o interesse pela escola e a forma como os alunos a interpretam como caminho para a construção de um bom futuro.

As questões centrais da ficha são sobre: O interesse dos alunos em relação à escola; O reconhecimento da influência do meio no seu empenho na escola; A interpretação do conceito de liberdade; A identificação dos grupos de influência nas tomadas de decisões; O reconhecimento do estudo da unidade como apoio na consciencialização das decisões que cada aluno toma. As questões estão formuladas com perguntas fechadas de modo a que não haja dispersão na informação pretendida.

2- Apresentação dos resultados e reflexão sobre os mesmos

Relativamente às respostas da questão sobre o gosto pela escola e o reconhecimento desta para o contributo de um bom futuro, nota-se uma grande alteração de opinião do início da unidade para o final. Como é apresentado no gráfico 3, no início da unidade num total de vinte alunos, sete, apresentavam desagrado em relação à escola. No final do estudo da unidade apenas dois alunos não reconhecem a escola como um bom caminho para o futuro⁹⁹.

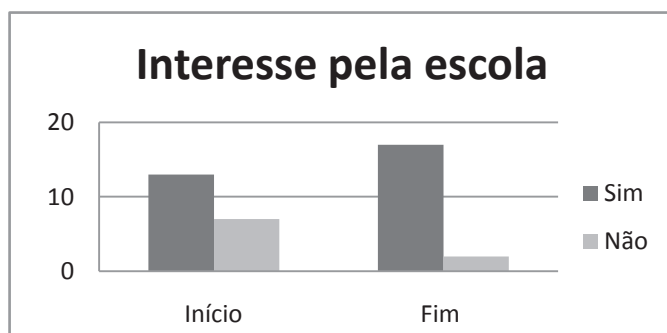


Gráfico 3: Interesse pela escola

⁹⁹ Em relação a esta questão anoto que, apesar de ser uma pergunta fechada, houve dois alunos que escreveram que gostavam de deixar de estudar para ingressarem no mundo do trabalho.

Relativamente à questão sobre a importância que os alunos atribuem à escola para a construção do seu futuro, percebe-se que ao longo da unidade a sua opinião foi-se alterando. Inicialmente um aluno avaliou como pouco importante, cinco consideraram apenas importante e catorze como muito importante. No final da unidade, dezassete alunos passaram a considerar a escola como muito importante para o seu futuro e apenas três consideraram importante. Nota-se assim a consciencialização da escola como caminho do bem. Os alunos passaram a interpretar a escola como um local que lhes é dado acesso à construção de um bom futuro. Demonstraram perceber que é através desta que poderão seguir uma profissão que os ajudará a realizarem-se no futuro.

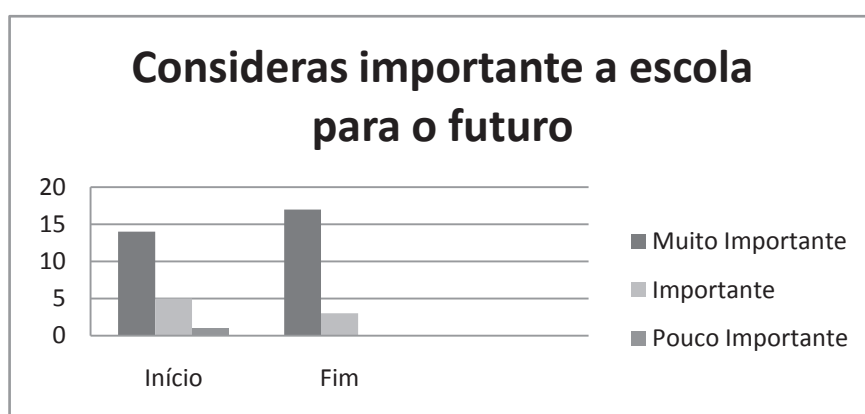


Gráfico 4: Importância da escola para o futuro

Seguindo a ótica de Arends¹⁰⁰, verifico que, uma vez que grande parte da turma é oriunda de famílias com dificuldades financeiras e outros vêm de famílias cujos pais são naturais de outros países, estes factores acabam por influenciar o baixo rendimento dos alunos na escola.

¹⁰⁰Cf. R.ARENDIS, *Aprender a ensinar*, 79.

De acordo com Cristina de Sá Carvalho¹⁰¹, quando refere que a cultura condiciona o desenvolvimento psicológico da pessoa. Esta influência ocorre na perspectiva das oferta que cada ambiente cultural promove na transmissão de padrões de comportamento, refletindo-se nos processos de construção do sentido, que resultam em crescimento emocional, social, e cognitivo. Deste modo, verifico que no contexto dos alunos devido à cultura de bairro que recebem, a sua forma de estar perante a vida apresenta alguma desmotivação face à escola e ao futuro que estes perspectivam.

Referente à influência do meio, como poderemos observar no gráfico 5, conclui-se que ao longo da unidade a turma alterou a sua opinião. No início, seis alunos, referem que o meio onde estão inseridos influencia pela negativa o seu rendimento escolar e dez alunos discordam desta afirmação. No final do estudo da unidade, grande parte da turma refere que o meio onde está inserido não influencia na totalidade o seu empenho na escola¹⁰², pois este factor de carência, ajuda-os a perspectivarem um futuro com melhores condições. Poderemos concluir que o meio, nesta vertente, não influencia pela negativa o rendimento escolar, mas ajuda a que os alunos queiram estudar e lutar por uma vida melhor, ao tomarem consciência das suas carências económicas e familiares.

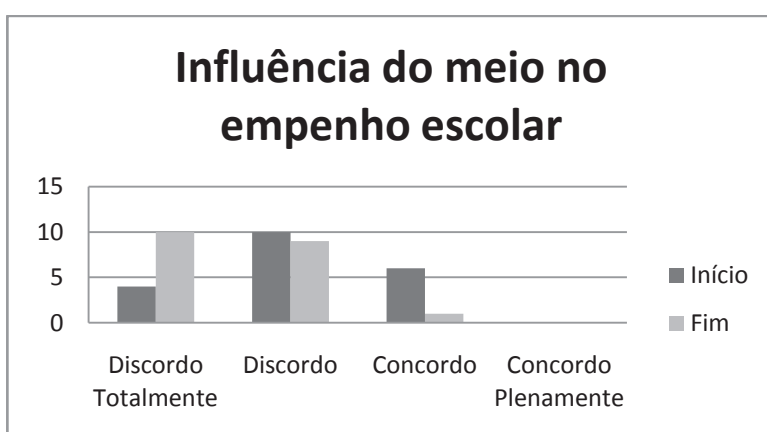


Gráfico5: Influência do meio.

¹⁰¹ CF. C.CARVALHO, *Uma certa fé- como crêem os adolescentes*, in *Pastoral Catequética, Educação Cristã*, Revista de Catequese e Educação nº21/22, SNEC, Lisboa, 2012, 173.

¹⁰² Anoto que dez alunos discordam totalmente desta afirmação, referenciam, que devido às carências do meio, pretendem estudar para conseguirem alcançar um bom futuro.

Sendo que o tema central da unidade é a liberdade, é fundamental que os alunos compreendam o seu conceito para perceberem como é que esta pode ser vista como caminho do bem.

Tal como indica o gráfico 6, no início do estudo da unidade grande parte da turma revelou algum desconhecimento sobre a maneira de como vivem a liberdade, no geral entendiam a liberdade como: fazer o que apetece, sem seguir qualquer referência. No final da unidade podemos concluir que grande parte da turma (18 alunos) alterou a sua compreensão, identificando a liberdade como: ter consciência das decisões que se toma. Apenas dois alunos mantêm a percepção de que liberdade é fazer o que quiser ou os pais deixarem fazer tudo. Por este resultado podemos concluir que o estudo foi alcançado com sucesso, pois nove alunos reinterpretaram o sentido da liberdade, mudando a sua maneira de a vivenciarem.

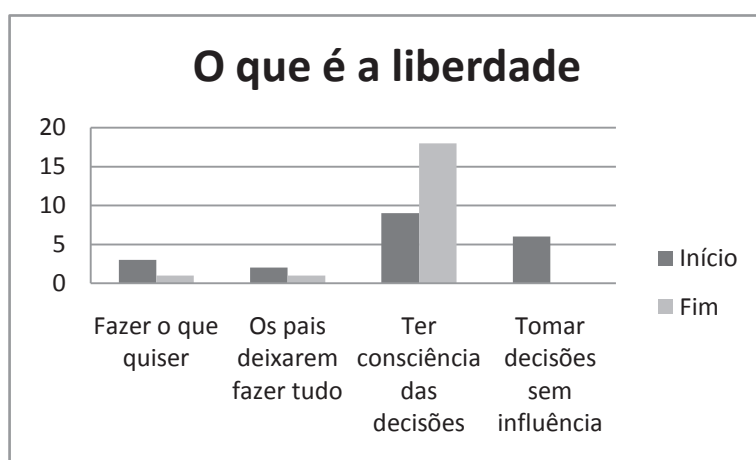


Gráfico 6: O que é a liberdade

Segundo o gráfico 7, relativamente aos grupos de influência na tomada de decisões, denota-se uma leve alteração nos resultados, principalmente entre a variável do grupo da família e dos amigos. No início da unidade grande parte referiu o grupo de amigos como influentes nas suas decisões, convém referir que nesta altura grande parte tinha como conceção da liberdade, fazer o que se quiser. Sendo que estes entenderam de facto em que

consiste a liberdade, grande parte alterou para a variável da família o grupo que mais influência na tomada de decisões de forma consciente. Seis alunos referem o grupo de amigos considerando os amigos verdadeiros, aqueles que apelam para o bom senso.

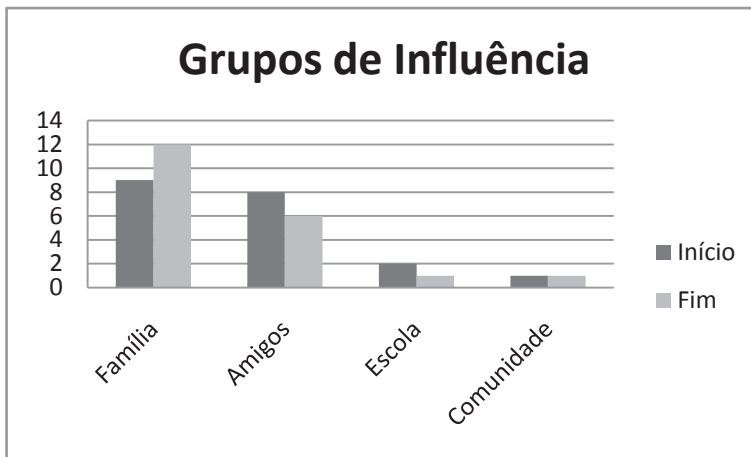


Gráfico 7: Grupos de influência

No que concerne sobre a importância do estudo da unidade 3: A liberdade, para uma maior consciência das decisões como caminho do bem, de acordo com o gráfico 8, é possível avaliar que no início os alunos já apresentavam uma boa perspectiva acerca desta. No final da unidade, doze alunos, manifestaram o estudo da unidade como muito importante e sete alunos como importante, atestando assim a sua grande relevância para o processo de ensino. Contudo houve um aluno que considerou que o estudo da unidade era pouco importante para a tomada de consciência das suas decisões.

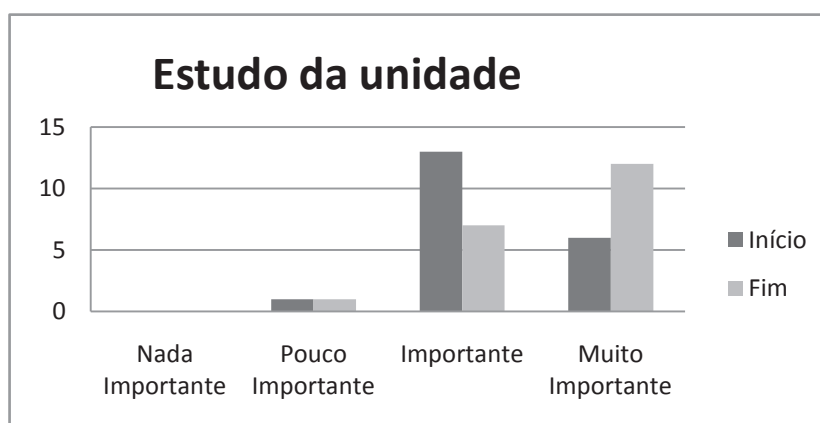


Gráfico 8: Importância do estudo da unidade.

3- Conclusão dos resultados da ficha de diagnóstico

Após a observação geral dos resultados poderemos concluir que existiu uma grande evolução sobre a forma de como os alunos reinterpretaram a liberdade e de como a reconheceram como caminho do bem.

Com a aplicação da ficha de diagnóstico, verificou-se de maneira mais assertiva e bastante positiva o estudo da unidade como referência aos alunos na procura do bem. Sobretudo na consciencialização das suas decisões e das suas implicações nas pessoas que os rodeiam. Percebe-se que uma parte dos alunos não gosta de andar na escola, contudo reconhecem o seu valor para o futuro.

Por outro lado uma vez que ao viver-se em comunidade estamos sujeitos a influências recíprocas e múltiplas, a turma de início, pareceu-me estar sob uma forte influência do seu meio. Numa primeira abordagem um grupo de alunos concordou que os problemas que habitam no seu meio acabam por influenciar pela negativa o rendimento da escola. Mas no final da unidade os resultados foram bastante surpreendentes, onde metade da turma referencia que o meio não influencia pela negativa, mas sim pela positiva, no sentido que ao tomarem consciência dos problemas que estão em volta de si, pretendem prosseguir estudos para conseguirem ter uma vida melhor do que aquela que conhecem do bairro.

De acordo com o que refere Cristina de Sá Carvalho¹⁰³ segundo *Kohlberg* sobre o desenvolvimento moral, revejo que a turma encontra-se em evolução o para um nível pós-convencional do desenvolvimento moral, onde os alunos começam a definir os seus próprios valores em termos de princípios éticos que escolhem seguir. O bem não é encontrado através daquilo que a sociedade espera de si, mas aquilo que parte da sua

¹⁰³ Cf. C. CARVALHO, *Curso Geral de Catequistas - Psicologia*, 47.

consciência. As leis da sociedade começam a ser vistas para preservar a ordem social, embora alguns alunos ainda estejam presos à ideia de que o bem é cumprir com aquilo que nos pede a lei e a ordem. Mas pelos resultados entende-se que este pensamento está em evolução onde o bem começa a ser entendido como o respeito pela sua liberdade individual e a liberdade dos que nos rodeiam.

Para este crescimento pessoal os alunos apontaram de modo geral o grupo da família como o pilar essencial para a tomada de decisões. Ao contrário do que esperaria, uma vez que os adolescentes encontram-se numa fase de tamanha transformação a nível psicológico e social onde as opiniões dos amigos têm uma enorme conotação, a turma referenciou a família como o grupo mais influente.

Por fim observando a evolução da construção do saber dos alunos é legítimo concluir que a unidade é de facto de extrema importância para o plano de estudos, pois durante todo o percurso académico até ao terceiro ciclo os alunos nunca abordam esta temática e desenvolvem uma concepção errada acerca do tema. Sendo que os alunos se encontram numa fase em que é importante dar-lhes alicerces para a construção da sua personalidade, a unidade ajuda-os a compreenderem a sua liberdade individual e do modo como a devem conduzir para o seu bem maior.

Através dos resultados verifica-se que os alunos aprenderam a reinterpretar o que é a liberdade e a forma de experienciá-la. Assim como compreenderam que ao viverem em sociedade estão sujeitos as manipulações que poderão conduzi-los à autodestruição da liberdade.

Deste modo, proponho uma visita de estudo à Comunidade Vida e Paz, afim de, visualizarem no terreno, situações concretas de quando a falta de liberdade pode condicionar a dignidade humana. Contactando assim, com pessoas que já autodestruíram a

sua liberdade e neste momento encontram-se num processo de reinterpretação e de conquista pela sua dignidade.

4- Proposta de atividade

4.1- Identificação da atividade

As visitas de estudo são atividades de complemento curricular que decorrem do Projeto Educativo e do Projeto Curricular da escola e permitem a ligação da escola à vida real e à comunidade. São organizadas por professores, realizadas fora do espaço escolar e têm como objetivo facilitar o desenvolvimento de competências relacionadas com o currículo e facilitar a aquisição de aprendizagens significativas e na sociabilização¹⁰⁴. Neste sentido a disciplina de E.M.R.C tem a possibilidade de oferecer um enorme leque de atividades de complemento curricular uma vez que todos os conteúdos abordados carecem de registos culturais.

Após a leção da, UL 3: A liberdade, e de ter assistido à evolução da forma como os alunos reinterpretavam e assimilavam o sentido de liberdade, senti que seria extremamente importante que, para finalizar a unidade, os alunos tivessem contacto com realidades em que as pessoas autodestruíram a sua própria liberdade.

Sendo que a turma enriquece as suas aprendizagens através da descoberta e da visualização de exemplos do quotidiano seria benéfico uma visita de estudo. A aprendizagem seria mais fortalecida e ganharia mais sentido se os alunos visualizassem e contactassem com a realidade de quando a liberdade não é encaminhada para o bem. Ao

¹⁰⁴ Cf. Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, 2007, 34.

visualizarem histórias de pessoas que autodestruíram a sua liberdade, mas que se encontram neste momento num processo de cura física e espiritual, onde pretendem encontrar o caminho do bem, conseguirão conciliar o que estudaram na teoria com a vida do quotidiano.

O grande objetivo da visita de estudo será para consciencializá-los para o uso da liberdade como caminho do bem. Assim como a responsabilidade de cada um, para promover o bem da sociedade.

Por tudo parece-me importante a realização de uma visita de estudo à Comunidade Vida e Paz, mais precisamente ao centro da Quinta da Tomada que se situa na Venda do Pinheiro.

A escolha da Comunidade Vida e Paz deve-se ao facto de ser uma instituição que se rege pelos princípios do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, para que os alunos tomem consciência do papel da Igreja Católica na Sociedade.

Esta apresenta-se como acolhedora de todos, tal como a visão de Deus, onde o espírito Cristão da fraternidade universal do ser Humano é expresso na solidariedade, na convivência e no trabalho em comum. Além de todos os direitos cívicos, o ser humano é responsável pela transformação da comunidade, para que esta seja portadora de esperança e dignificação da pessoa. Através de um projeto integrado dirigido à pessoa por inteiro e de forma universal. Seguindo também um carisma que vai ao encontro, acolhe e acompanha cujo fundamento é do Espírito que dá a vida em Jesus Cristo, libertando a lei do pecado e da Morte¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Cf. <http://www.cvidaepaz.pt/site/quem-somos/documentos/> consultado em 30 de Abril.

4.2- Apresentação da Comunidade Vida e Paz

A Comunidade Vida e Paz foi fundada em 1989 por um grupo de católicos liderados pela irmã Maria Gonçalves Martins, religiosa da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, tendo como objetivo o exercício da caridade pelos mais pobres e mais desfavorecidos¹⁰⁶.

Foi canonicamente erectada por sua Eminência o Senhor Cardeal - Patriarca de Lisboa D. António Ribeiro, como uma Instituição Particular de Ação Solidária. Tendo personalidade jurídica no foro canónico e civil em conformidade com a Concordata celebrada entre a Santa Sé e o Estado Português.

A Comunidade está sob alçada do Patriarcado de Lisboa e é uma instituição sem fins lucrativos, regendo-se pelos estatutos diocesanos e pelas ordens canónicas. A Instituição embora tenha origem na diocese de Lisboa pode-se estender a outras dioceses. A comunidade atualmente exerce a sua atividade em vários locais, que designa por centros. Esta visa integrar a missão da Igreja ao serviço dos mais desfavorecidos conforme o cân.114, 2¹⁰⁷, visa prestar apoio espiritual e material em pessoas em situação de rutura social e apoio familiar.

São também oferecidos diversos serviços sobretudo programas apropriados de tratamento, recuperação e reabilitação nas áreas de saúde física e mental e ainda numa formação técnico profissional, tendo em vista a reabilitação psicossocial para uma reinserção na Sociedade. Assim as suas principais atividades são as equipas de noite, que distribuem os alimentos pelos sem abrigos; as equipas de diálogo que consistem em grupos

¹⁰⁶ Cf. <http://www.cvidaepaz.pt/site/quem-somos/documentos/> consultado em 30 de abril.

¹⁰⁷ Cf. <http://www.cvidaepaz.pt/site/quem-somos/documentos/> consultado em 30 de abril.

de pessoas, psicólogos que falam com os sem-abrigo. São então geridos centros de acolhimento e reabilitação e é prestado apoio médico aos habitantes mais desfavorecidos. Criam-se e geram-se comunidades de desabilitação através de comunidade terapêuticas. Encaminha-se os portadores de dependências para unidades de desabilitação e são promovidas formação técnica profissional e espiritual aos colaboradores com fim de atingir os seus objetivos.

Embora seja uma comunidade formada por católicos, a comunidade aceita como colaboradores todos aqueles que partilham os mesmos valores de fraternidade e de caridade, aceitem os princípios éticos da Instituição. O trabalho assenta sobretudo no trabalho voluntário por parte de diferentes personalidades e profissionais. Existem diversas equipas multidisciplinares que prestam apoio nos diferentes centros: serviço social, terapeutas, psicólogos, médicos, bem como do apoio religioso e outros¹⁰⁸.

O centro da Quinta da Tomada, na Venda do Pinheiro, foi construído em 1993 e tem a capacidade de albergar 65 pacientes. Este é dos Centros da Comunidade Vida e Paz que presta mais serviços, contendo três vertentes: comunidade terapêutica, comunidade de inserção, e empresa de inserção Social.

O trabalho deste centro reside sobretudo no tratamento residencial, destinado prioritariamente a pessoas sem-abrigo toxicodependentes ou alcoólicas. O modelo terapêutico da instituição assenta na reestruturação global da pessoa sem-abrigo, nos prismas físicos, psicológicos e espirituais por um período de 12 meses. O objetivo é libertar os residentes da toxicodependência e do alcoolismo, afim de, reabilitarem o indivíduo à sua autonomia.

¹⁰⁸ Cf. <http://www.cvidaepaz.pt/site/quem-somos/documentos/> consultado em 30 de abril.

4.3- Justificação/Objetivação da visita de estudo ao Centro Quinta da Tomada

De modo a que uma visita de estudo de E.M.R.C. seja considerada como uma estratégia de educação e de transmissão religiosa que visa a promoção do aluno e não apenas como uma atividade de lazer. Tal como refere Alfredo Teixeira segundo Dániel Hervieu-Léger¹⁰⁹ é importante que a transmissão incida sobre quatro pólos: o comunitário identitário, o pólo cultural, o axiológico e por fim o pólo afetivo-emocional.

Referente ao primeiro pólo: comunitário identitário, a visita ao Centro da Quinta da Tomada tem como fim identificar a comunidade Católica, mais precisamente, a ação da Igreja na sociedade como mandatária da mensagem de Cristo, no acolhimento e na caridade com aqueles que estão em sofrimento. Fazendo crer que Deus respeita a liberdade de cada um, mesmo que quando esta, não está orientada para o bem, Deus espera que o Homem discirna sobre si mesmo. Dado que as primeiras comunidades primitivas do Cristianismo surgiram na força impulsionadora do Espírito Santo de forma a viverem em comunidade na prática da caridade, da liberdade, da justiça e com a atenção dos mais desfavorecidos, encontrámos assim junto desta Instituição um exemplo do cerne do amor ao próximo.

Pretende-se que a pessoa que esteja perdida aceite a ajuda de Deus e consiga dignificar a sua vida, no sentido em que “a dignidade da pessoa humana, feita à imagem e semelhança de Deus, consciente, responsável e livre“ (GS 22), o que permite que os alunos construam e clarifiquem os seus valores éticos e morais junto de uma perspetiva religiosa.

¹⁰⁹ Cf. D.HERVIEU-LEGER, *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, Gradiva, Lisboa, 2005, 74-80.

Uma vez que muitos dos alunos consideram-se católicos mas não praticantes desconhecendo as bases dos valores do Cristianismo cada um poderá identificar-se com a sua raiz religiosa e perceber que não existe comunidade sem valores e sem a transmissão destes.

No segundo pólo, o cultural¹¹⁰, a visita irá ser benéfica para a identificação da cultura religiosa das instituições de caridade, de forma a promoverem a dignidade humana. Os alunos poderão reconhecer que os pacientes que estão em tratamento são de diversas nacionalidades e que padecem de diversas dificuldades, contudo a instituição acolhe todos e trata todos como seres únicos, uma vez que a mensagem de Cristo é Universal.

O terceiro pólo, o ético¹¹¹, é um dos pólos com maior ênfase para a visita, pois é o reconhecimento dos valores, o reconhecimento da importância da liberdade e o que está em causa quando esta se autodestrói. É importante que a visita proporcione uma reflexão acerca dos valores dos alunos, que o contato direto com a realidade os ajude a discernir nas suas decisões. Da mesma forma que devem abrir os seus corações aqueles que tentam reconstruir-se. Assim como na parábola do Pai Misericordioso o Pai fez uma festa quando o seu filho regressou, assim deve ser o nosso coração quando alguém se perdeu e se volta a reencontrar. Infelizmente vivemos numa sociedade cada vez mais individualista, onde é difícil a inserção na sociedade por parte daqueles que sofreram um processo de reestruturação. Uma vez que os alunos irão ser os futuros agentes da sociedade é importante despertar a sua sensibilização para a aceitação e compreensão dos mais desfavorecidos e para que estes sejam veículos da transmissão dos valores cristãos.

¹¹⁰ Cf. *Ibidem*, 74-80.

¹¹¹ Cf. *Ibidem*, 74-80.

Por fim, no último pólo afetivo-emocional¹¹², pretendo que a visita de estudo abra lugar a uma maior aproximação, inter-relação, entre os alunos. Uma vez que a turma apresenta por vezes alguns comportamentos irregulares, a visita daria azo para uma maior ligação e para fortalecer as relações entre si. Sendo que o grupo de alunos só se encontra na totalidade dentro da sala de aula, seria bastante benéfico estarem todos juntos num contexto diferente daquele a que estão habituados. Permitindo-lhe estar de uma forma mais descontraída fora do contexto escolar, assim como vivenciando uma nova experiência, marcando um sentimento coletivo “nós”. Assim como um maior relacionamento entre professores e alunos. Esta experiência fará parte do crescimento e desenvolvimento dos alunos, provavelmente sempre que voltarem a falar da Comunidade Vida e Paz irão relembrar momentos marcantes da visita e das suas aprendizagens em grupo.

4.4- Acesso pedagógico ao objeto de estudo

Atividade: Visita de estudo para os alunos do 8º ano ao Centro Quinta da Tomada

Título: “A vivência da liberdade”

Data: 7 de Junho (terça feira)

Participantes: 20 alunos do 8º ano que frequentam a disciplina de E.M.R.C.

Dinamizadora: Professor de E.M.R.C.

Professores acompanhantes: 2 professores

Total: 23

¹¹²Cf. *Ibidem*, 74-80.

Programa da Visita de estudo:

08:30 - Concentração na escola Damião de Góis e partida em direção à Venda do Pinheiro.

09:30 - Acolhimento e visita à parte administrativa.

10:30 - Lanche.

11:00 - Visita à secção da oficina e da zona gráfica.

12:30 - Almoço no jardim da Quinta da Tomada.

14:00 - Sessão com um paciente - História de vida

15:30 - Visita à quinta pedagógica e à padaria

17:30 - Chegada prevista à escola.

4.4.1- Objetivo da visita

A visita tem como objetivo geral promover o processo de ensino - aprendizagem intelectual, social ética e moral.

Como objetivos específicos a visita de estudo pretende:

- Reconhecer a liberdade como caminho do bem;
- Tomar consciência dos riscos das dependências;
- Reconhecer o papel da ação da Igreja na comunidade com vista à promoção da liberdade individual;
- Vivenciar experiências culturais num ambiente lúdico;
- Reforçar a convivência entre os elementos da comunidade educativa em ambientes diversificados.

4.4.2- Metodologias

A metodologia adotada para a preparação da atividade de E.M.R.C., passa pelas seguintes fases:

Primeira fase – seleção do itinerário e estabelecimento de contactos com os locais a visitar, para saber condições de realização da visita.

Segunda fase – análise de possíveis itinerários da visita a realizar, solicitação de orçamentos à rodoviária.

Terceira fase – elaboração de um folheto / cartaz informativo a distribuir por todos os alunos/ enviar para casa. Divulgação e sensibilização nas turmas. Professores participantes na visita de estudo.

Quarta fase – receção das inscrições e dos valores / requisição do transporte

Quinta fase – organização / preparação logística do acompanhamento, apoio e orientação no decurso da visita aos participantes.

4.4.3- Cronograma das ações

Ações a desenvolver	Responsáveis	Data
Apresentação da atividade / aprovação da proposta	Coordenadora de Departamento	março
Contatos com as entidades a visitar, estabelecimento das marcações	Professor de E.M.R.C.	Até 1 de abril
Solicitação de orçamentos de transporte.	Professor de E.M.R.C.	Até 5 de abril
Elaboração do convite a enviar aos alunos.	Professor de E.M.R.C.	Até 1 de abril

Divulgação à comunidade	Professor de E.M.R.C.	Até 10 de abril
Reunião com os Encarregados de Educação.	Professor de E.M.R.C.	Até 26 de abril
Envio de comunicação aos inscritos relativa a custos e prazos de entrega	Professor de E.M.R.C.	3 de maio
Recolha de valores inerentes ao pagamento da visita	Professor de E.M.R.C. Diretores de turma do 8º ano	Até 27 de maio
Elaboração de um guião de vista a facultar aos participantes	Professor de E.M.R.C.	Até 27 de maio
Realização da visita	Todos os intervenientes	7 de junho
Elaboração de relatório da atividade.	Professor de E.M.R.C.	Até duas semanas depois

4.4.4- Avaliação da visita

A atividade que apresentei, foi uma proposta que não se concretizou devido ao plano de atividades da escola já estar concluído. Contudo, apresentei toda a planificação e as etapas que se deveriam ter tomado para a sua concretização. Fica assim, um projeto a ser desenvolvido para o próximo ano letivo.

Após a realização da visita de estudo será feito um breve questionário anónimo aos alunos, sobre os objetivos alcançados, motivação face à atividade, enriquecimento na formação pessoal. Os resultados serão tratados posteriormente na escola e será feito um relatório final da visita.

Questionário para avaliação da visita

Avalia de 1 (muito insuficiente) a 5 (muito bom).	Avaliação da Visita de Estudo "Agir ético Cristão"	1	2	3	4	5
	Cumprimento dos objetivos propostos.					
	Interesse da atividade.					
	Interligação com a disciplina de EMRC.					
	Reconhecimento da importância da liberdade.					
	Interesse pelo testemunho dado.					
	Contribuição para a aquisição de novos conhecimentos.					

CONCLUSÃO

A liberdade como caminho do bem foi a questão central deste estudo. Desde o primeiro contato com a turma que percebi que esta sofria de diversas carências. O meio onde a escola está inserida é composto por diversas culturas e etnias, existindo diversos projetos de apoio social, principalmente para a comunidade mais jovem. Paralelamente às questões sociais e económicas, uma das maiores carências que sobressaiu na turma foi a falta de consciência da sua própria liberdade, onde muitos dos jovens estão sujeitos à manipulação do meio onde estão inseridos, tendo dificuldade em encontrar um sentido para as suas vidas.

Senti que ao aprofundar a unidade letiva 3: a liberdade, esta poderia ser uma mais-valia para as aprendizagens dos alunos, de forma a interpretarem a liberdade como caminho do bem

No início do estudo da unidade através da ficha de diagnóstico percebi que os alunos não interpretavam o conceito de liberdade de forma correta, achando que esta consistia em fazer o que apetece. Assim, a sua forma de agir ou de encarar as situações era perspetivada neste ponto de vista.

De forma a superar esta lacuna, juntamente com o professor cooperante, António Oliveira, delineamos um conjunto de estratégias de modo a que a lecionação da unidade tivesse um efeito positivo na mudança de comportamentos de alunos.

O modelo de ensino mais utilizado foi centrado no aluno, fazendo-me ser mais reflexiva no modo de como os alunos estavam a construir as suas aprendizagens. Uma vez que a turma apresentava poucos hábitos de trabalho e pouco empenho, projetei a maior parte das aulas na aprendizagem cooperativa, onde os alunos trabalharam em grupo na construção dos saberes. Através deste modelo cooperativo, os alunos apresentaram-se mais

empenhados na construção dos saberes pois todos tinham um papel ativo, contribuindo, igualmente, na integração dos alunos de diferentes culturas, de modo a se tornarem mais tolerantes na aceitação da diversidade, assim como no desenvolvimento das competências sociais. Uma vez que o grande objetivo da escola é preparar os jovens para uma vida autónoma, o trabalho cooperativo é fundamental para desenvolverem as competências de cooperação e colaboração. A realização de atividades dinâmicas foi uma das estratégias em que a turma demonstrou maior interesse e evolução.

A adoção de aulas expositivas, com a utilização das TIC, tornou-se importante como forma de colmatar a falta do manual da disciplina por parte dos alunos, ajudando a clarificar alguns conceitos que estes apresentavam maior dificuldade a interpretar.

Durante o estudo da unidade, fui observando que os alunos de aula para aula estavam a reinterpretar o sentido de liberdade. Quando abordámos a temática da manipulação e das dependências, foi bastante visível a manifestação dos alunos alegando a importância da consciência nas atitudes que tomamos e na forma como cada pessoa deve ser autónoma nas opções que toma.

Esta mudança de comportamento dos alunos motivou-me ainda mais a aprofundar o tema da liberdade, tanto na perspectiva teológica e filosófica a liberdade encontra-se associada ao termo de consciência

As perspectivas teológica paulina e a filosófica kantiana estão de acordo quanto à importância da consciência como forma de compreender e sentir a liberdade. Porém, a vertente filosófica separa-se da teológica na medida em que considera a liberdade de forma mais racional, em que a pessoa toma consciência a partir de si própria sem a influencia do mundo exterior. Já a teológica defende, igualmente, esta autonomia, contudo apresenta Deus como a base da liberdade do Homem.

Através da liberdade cívica e religiosa compreende-se que todo o Homem possui dignidade e esta deve expressar-se através do seu modo de vida, tanto no campo religioso como no civil. Requer-se, assim, que o poder político, em questões de consciência e de vivência espiritual, seja menos coativo, de modo a que o Homem possa agir de forma mais autónoma, e não confinado ao dever de normas impostas.

Ao mesmo tempo que é importante passar esta mensagem sobre a liberdade é, também fundamental transmitir aos jovens de hoje, Homens de amanhã, que a liberdade também implica o respeito pelo outro, ao encontro do bem comum da sociedade. E tal como as perspectivas filosóficas e teológicas podem estar em desacordo, elas são um exemplo de liberdade na medida em que se respeitam mutuamente.

O estudo que realizei pôde comprovar que as metodologias e dinâmicas de ensino que utilizei tiveram o impacto desejado na medida em que os alunos compreenderam o sentido da liberdade.

No final da unidade, os alunos tomaram consciência da importância das suas decisões e do modo como estas podem afetar as suas vidas e as daqueles que os rodeiam. Acima de tudo, compreenderam que, ao fazerem uso da sua consciência de forma autónoma, encontram o caminho do bem. Outro aspeto importante do estudo foi a forma como os alunos passaram a valorizar a escola, uma vez que compreenderam que são eles os responsáveis pelas suas próprias vidas e que devem tomar decisões responsáveis de forma a construírem um bom futuro; que as suas vidas não dependem dos outros, pois são eles os responsáveis pelos seus atos.

Chegando ao fim da prática, vejo o quanto faz sentido a expressão de Arends quando se refere à docência à docência como “arte de ensinar. De facto foi fundamental enquanto docente ter criado estratégias que ajudassem os alunos a aprenderem competências e

atitudes essenciais. Como docente de E.M.R.C. e, sendo que a disciplina tem um bom alcance na escola, foi muito gratificante ter conseguido fazer com que os alunos questionassem o seu sentido de vida, no modo como vivenciam a liberdade e sentir que contribui para o seu desenvolvimento integral, assim como no meu enriquecimento enquanto pessoa e docente.

ANEXOS

1- Proposta de visita de estudo em departamento

Grupo(s)/Ano(s)		EB2-3 Damião de Góis
		Alunos do 8º A e B
Local (ou locais) a visitar		Quinta da Tomada, Venda do Pinheiro
Data e hora de partida / Data e hora de chegada		Partida: 07/06/2016 - 8h 30m / Chegada: 07/06/2016 18h 30m
Educador(es)/Professor(es) proponente(s)		Susana Querido
Educador(es)/Professor(es) a acompanhante(s)		Rosalina Rodrigues e António Oliveira
Objectivos		- Reconhecer a liberdade como caminho do bem; - Tomar consciência dos riscos das dependências; - Reconhecer o papel da ação da Igreja na comunidade com vista à promoção da liberdade individual; - Vivenciar experiências culturais num ambiente lúdico; - Reforçar a convivência entre os elementos da comunidade educativa em ambientes diversificados.
Recursos		Autocarro.
Forma de Avaliação		Questionário
Custos	Alimentação	
	Transporte	6 euros
	Seguro (Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>)	Sim
	Outros: Dormida/ alimentação/ transporte	6 euros

O(s) Educador(es)/Professor(es) proponente(s)	O Educador/Professor Titular da Turma	O Orgão de Gestão
Susana Querido		Despacho:
Data 19/01/2016	Data __/__/20__	Data ____/____/20__

2- Ofício

Exmo. Dr. ...

Assunto: Visita de Estudo ao Centro da Comunidade Vida e Paz – Quinta da Tomada

A Direção Pedagógica da Escola Damião de Góis vem por este meio, solicitar uma visita de estudo às vossas instalações para o dia 7 de Junho, para um grupo de 25 pessoas. Sendo que a escola propõe uma componente de educação integral aos alunos, incluindo a dimensão religiosa, pois é parte constitutiva da pessoa humana, contribuindo para o seu crescimento humano e para a consciencialização de valores de fé e de humanidade. Pretendíamos fazer uma visita às vossas instalações com os seguintes objetivos:

- Reconhecer a liberdade como caminho do bem;
- Tomar consciência dos riscos das dependências;
- Reconhecer o papel da ação da Igreja na comunidade com vista à promoção da liberdade individual;
- Vivenciar experiências culturais num ambiente lúdico;
- Reforçar a convivência entre os elementos da comunidade educativa em ambientes diversificados.

Desde já agradecemos a vossa disponibilidade e atenção.

Ficando a aguardar uma resposta

Com os melhores cumprimentos.

A Diretora Pedagógica

3- Documento para as autorizações

Ao (À) Encarregado (a) de Educação

Comunica-se a V. Exa que no dia **7 de Junho** no âmbito da disciplina de E.M.R.C vai realizar-se uma visita de estudo ao centro da **Comunidade Vida e Paz- Quinta da Tomada, na Venda do Pinheiro**. Com os seguintes objetivos; Tomar consciência dos riscos das dependências; Reconhecer o papel da ação da Igreja na comunidade com vista à promoção da liberdade individual; Vivenciar experiências culturais num ambiente lúdico. Pelo que se solicita a autorização de V. Exa para a participação do (a) seu (sua) educando(a).

A partida será às 8h30 horas e a chegada prevista para as 17h30 horas. Cada aluno terá de levar lanche e almoço.

Custo: 6 Euros(transporte)

Itinerário: Lisboa – Venda do Pinheiro- Lisboa

Atenciosamente

A docente

Autorizo/Não autorizo o (a) meu (minha) educando (a) _____ aluno(a) nº ____ da turma _____ a participar na visita de estudo ao centro da Comunidade Vida e Paz - Quinta da Tomada no dia 7 de junho de 2016.

O Encarregado de Educação

4- Informação ao aluno

Regras:

- Ser pontual;
- Respeitar as ordens do professor acompanhante;
- Acompanhar o grupo sem se afastar;
- Comunicar ao professor quando necessita de se afastar do grupo;
- Respeitar as regras dos locais a visitar;
- Respeitar as ordens dos guias;
- Circular com calma nos locais da visita;
- Falar de forma adequada nos locais e seguir as indicações pedidas;
- Respeitar os espaços verdes;
- Permanecer no lugar do autocarro de forma segura, respeitando as regras de segurança;
- Cada aluno é responsável pelos seus pertences;
- A escola não se responsabiliza pela perda de materiais;
- Levar roupa e calçado confortável;
- Usufruir da visita de estudo de forma a promover as aprendizagens individuais.

5- Folheto informativo

Centro da Comunidade Vida e Paz – Quinta da Tomada

Quinta da Tomada foi construído em 1993 e tem a capacidade de albergar 65 pacientes. Este é dos Centros da Comunidade Vida e Paz que presta mais serviços, contém três: comunidade terapêutica, comunidade de inserção, e Empresa de inserção Social. O modelo terapêutico da instituição assenta na reestruturação global da pessoa sem abrigo, nas vertentes físicas, psicológicas e espirituais por um período de 12 meses. O Objetivo é libertar os residentes da toxicod dependência e do alcoolismo, afim de, reabilitarem o indivíduo à sua autonomia.



BIBLIOGRAFIA

Documentos do Magistério da Igreja

CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo Contemporâneo*, “*Gaudium et Spes*”.

CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração sobre a liberdade Religiosa* “*Dignitatis Humanae*”.

Fontes Curriculares

Manual do aluno, *Quero Descobrir*, 8º Ano de Escolaridade, SNEC, Lisboa, 2015.

Manual do professor de Educação Moral e Religiosa Católica, *Livres para Amar*, 8º ano, SNEC, Lisboa, 2004.

Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, 2007

Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, 2014.

Estudos

ARENDS, R, *Aprender a ensinar*, Sétima Edição, McGraw-Hill, Lisboa, 2008

BASTIANEL, Sergio, *Discípulos na história*, in S. BASTIANEL (Coord). *Entre possibilidades e limites, Uma teologia moral em demanda*, Caritas Portuguesa, Lisboa, 2013, 15-69.

BASTIANEL, Sergio, *Moralidade pessoal na história; temas de ética social*, Caritas Portuguesa, Lisboa, 2011.

CARVALHO, Cristina de Sá, *Curso Geral de Catequistas - Psicologia*, Secretariado Nacional da educação Cristã, Lisboa, 2004.

CARVALHO, Cristina de Sá, *Uma certa fé - como crêem os adolescentes*, in *Pastoral Catequética, Educação Cristã*, Revista de Catequese e Educação nº21/22, SNEC, Lisboa, 2012, 169-234

COUTINHO, Vitor, *A consciência e a liberdade à luz do Concílio Vaticano II*”, in *Didaskalia*, XLII, 2002, 145-163.

COUTINHO, Vitor, *A vida nome em Cristo. A identidade da ética cristã à luz da moral de São Paulo*, in *Humanística e Teologia* , 2011, 113-158.

DEMMER, Klaus, *Introdução à Teologia Moral*, Edições Loyola, São Paulo, 1999.

HERVIEU-LEGER, Daniele, *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, Gradiva, Lisboa, 2005,

KANT, Immanuel, *A Metafísica dos Costumes*, Ediprio, São Paulo, 2003.

KANT, Immanuel, *Crítica da Razão Prática*, Edições 70, Lisboa, 1986.

KANT, Immanuel, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Atlântida, Coimbra, 1960.

MORATO, Edir, *A liberdade cristã na perspectiva paulina*, in *Reveleto*, Revista electrónica Espaço Teológico, VI. 5, 2011, 53-67.

PARNOTIELLO, Giulio, *Autoridade e obediência como exercício de responsabilidade* In D.ABIGNENTE; JM.PERREIRA DE ALMEIDA (ORGs,) *Cuidar do Outro*, Editorial Caritas, Lisboa, 2015, 279-295

PERREIRA DE ALMEIDA, José, *Unidade pessoal na vida social. Como ser Senhor na cidade?* in S. BASTIANEL (Coord.) *Entre possibilidades e limites, Uma teologia moral em demanda*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2013, 137- 162.

PURCARO, S., *A norma: Fundamento último e mediações históricas do vínculo moral*, in D. ABIGNENTE; J.M. PERREIRA DE ALMEIDA; *A Cuidar do Outro*, Editorial Cáritas, Lisboa, 2015, 175-201.

TRIGO, Jerónimo, *Autonomia moral e ética teológica*, in *Immanuel Kant nos 200 anos da sua morte*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2008, 251-286.

Netgrafia

Código Civil Português, http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/codigo_civil_atualizado_ate_a_lei_59_99.pdf, [consultado em 20 de abril de 2016].

Constituição da República Portuguesa, www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx, consultado (em 20 de abril de 2016).

J.MOZZICAFREDDO, Direito à Liberdade Política 329-334, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa, in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1463.pdf>, [consultado em 12 de abril de 2016].

<http://aeddinislisboa.wix.com/aeddinis#!agrupamento/ckiy>, [consultado em 11 de dezembro de 2015].

<http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/loios>, [consultado em 11 de dezembro de 2015];

<http://www.cvidaepaz.pt/site/quem-somos/documentos/> consultado em 30 de Abril, [consultado em 11 de dezembro de 2015];